



# SINTRA REAL (1889-1910): A CORTE NA ALDEIA

Jorge de Matos

# SINTRA REAL (1889-1910): A CORTE NA ALDEIA

**Jorge de Matos**

Técnico Superior da Câmara Municipal de Sintra, Historiador e Heraldista

## **Introdução**

A investigação histórica contemporânea sobre Sintra tem sempre sublinhado a dimensão arquitectónico-patrimonial do seu cenário paisagístico, mesmo referenciando os seus principais protagonistas encomendadores ou artífices. Contudo, apesar de esta verificação ser particularmente evidente quanto à arquitectura áulica e religiosa de iniciativa régia, não será assim tão propriamente notória sobre as memórias e as imagens registantes das vivências dos seus idealizadores, proprietários e habitantes, bem como na respectiva envolvência geo-espacial contextualizante.

Consequentemente, o objecto deste artigo ensaístico consiste em sintetizar sobretudo a globalidade comemorativa funcional dos registos fotográficos referentes aos acontecimentos históricos públicos ou privados, oficiais ou officiosos, da estadia ocasional ou sazonal da Família Real Portuguesa em Sintra, e da sua utilização ou presença valorizantes do respectivo património edificado.

Mais na actual época de charneira comemorativa oficial do primeiro centenário geocronológico da implantação político-militar do actual regime republicano português, justifica-se assim plena e oportunamente este pequeno ensaio de investigação sistematizante, cujo propósito inédito e natural consiste no preenchimento colmatante parcial da amnésia lacunar da memória colectiva local e na relevância nacional estratégica sintrense durante o crepúsculo conjuntural da monarquia constitucional.

## **1. Fotografia e realeza**

Desde a sua emergência tecnológica em 1837 com Louis Jacques Mandé Daguerre (Val-d'Oise, 1787 – Bry-sur-Marne, 1851) até à alvorada do séc. XX, a fotografia cedo se tornou o processo favorito das elites sociais e das classes dominantes para registar e difundir publica e privadamente a representação de um estatuto funcional ou a construção de uma identidade relativa.

Quer pela sua novidade entusiasmante, quer pelo seu custo selectivo, são as figuras públicas ou as pessoas notáveis de uma comunidade local ou região territorial quem se tornam os principais promotores económicos e consumidores sociais da indústria e do comércio fotográficos, pelo seu elevadíssimo potencial de retrato humano e paisagístico, jornalístico e patrimonial, científico e informativo.

A tecnologia fotográfica fora entusiasticamente introduzida no nosso país logo na segunda metade da década de 1830, sobretudo por Wenceslau Cifka e sob os auspícios do seu grande amigo e patrono, o Rei consorte D. Fernando II (consoviado desde 1836 com a Rainha D. Maria II de Portugal). Consequentemente, a própria Família Real são os primeiros protagonistas da clientela social para o consumo industrial fotográfico e o Palácio Real da Pena (obra idílica do Romantismo régio) constitui a primeira paisagem sintrense (e uma das primeiras nacionais) a ser registada durante a sua edificação, em 1848, por aquele artista.

Posteriormente, desde então até à queda da Monarquia constitucional portuguesa em 1910, todos os monarcas, príncipes, infantes e consortes reais nacionais fizeram-se retratar com ampla e constante frequência, cultivando

mesmo alguns deles a sua entusiástica prática laboratorial e social – como o Rei D. Carlos I – D. Carlos Fernando Luís Maria Vítor Miguel Rafael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis José Simão de Bragança Sabóia Bourbon e Saxónia-Coburgo-Gotha – (Lisboa, 1863 – Lisboa, 1908), a Rainha D. Amélia – D. Maria Amélia Luísa Helena de Bourbon e Orleães – (Twickenham, 1865 – Chesnay, 1951), o Príncipe D. Luís Filipe – D. Luís Filipe Maria Carlos Amélio Fernando Victor Manuel António Lourenço Miguel Rafael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis Bento de Bragança Orleães Sabóia e Saxónia-Coburgo-Gotha – (Lisboa, 1887 – Lisboa, 1908), Duque de Bragança, e os Infantes D. Afonso Henriques – D. Afonso Henriques Maria Luís Pedro de Alcântara Carlos Humberto Amadeu Fernando António Miguel Rafael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis João Augusto Júlio Volfrando Inácio de Bragança Sabóia Bourbon e Saxónia-Coburgo-Gotha – (Lisboa, 1865 – Nápoles, 1920), Duque do Porto, e D. Manuel – D. Manuel Maria Filipe Carlos Amélio Luís Miguel Rafael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis Eugénio de Bragança Orleães Sabóia e Saxónia-Coburgo-Gotha – (Lisboa, 1889 – Twickenham, 1932), Duque de Beja – e constituindo assim múltiplos registos histórico-imagéticos precisos e ocorrenciais dos seus percursos públicos e itinerários privados.

Por outro lado, é desde aquela mesma época (na esteira do pioneirismo artístico-comercial de Wenceslau Cifka) que rapidamente se fixam vários profissionais, sobretudo em Lisboa, servindo públicos-alvo com rendimentos e haveres económicos diferenciados, e em que alguns deles almejam e alcançam ostentar o estatuto cobiçadíssimo de *“Fotógrafo da Casa Real”*, tal como a fotografia também se massifica com a sua progressiva generalização jornalística e através dos repórteres fotográficos – não só registando património ambiental e monumental, como também retratando individualidades destacadas e acontecimentos sociais relevantes.

É assim que o artista plástico e engenheiro agrónomo boémio Wenceslau Cifka (Praga, 1815? – Lisboa, 1883), membro da comitiva acompanhante do Rei consorte D. Fernando II, chegando a Portugal em 1836, é encarregue da segurança pessoal do seu patrono – além de se dedicar ao gosto artístico da pesquisa e aquisição de gravuras antigas, da produção criativa de cerâmica

ornamental, e bem como da inovação fotográfica (expressa na fundação do primeiro estúdio público nacional, sito na Rua Direita das Necessidades, nº 31, em 1848).

O seu pioneirismo tecnológico, aliado à sua constante e inovadora reciclagem formativa e informativa itinerante no estrangeiro, sobretudo em 1854, não só produziu raras e belíssimas provas e originais na História fotográfica portuguesa, como inclusivamente criou escola discipular – tendo fotografado várias paisagens nacionais e diversos membros da Família Real Portuguesa, entre os quais os Reis D. Fernando II – D. Fernando Francisco Augusto António Kohary de Saxónia-Coburgo-Gotha – (Viena, 1816 – Lisboa, 1885) e D. Pedro V – D. Pedro de Alcântara Maria Fernando Miguel Rafael Gonzaga Xavier João António Leopoldo Victor Francisco de Assis Júlio Amélio de Saxónia-Coburgo-Gotha e Bragança – (Lisboa, 1837 – Lisboa, 1861), a Rainha D. Estefânia – D. Estefânia Josefa Frederica Guilhermina Antónia de Baden e Hohenzollern-Sigmaringen – (Krauchenwies, 1837 – Lisboa, 1859), os Infantes D. Fernando – D. Fernando Maria Luís de Saxónia-Coburgo-Gotha e Bragança – (Lisboa, 1846 - Lisboa, 1861), D. João – D. João Maria Fernando Pedro de Alcântara Miguel Rafael Gabriel Leopoldo Carlos António Gregório Francisco de Assis Borja Gonzaga Félix de Saxónia-Coburgo-Gotha e Bragança – (Lisboa, 1842 – Lisboa, 1861), Duque de Beja, D. Augusto – D. Augusto Maria Miguel Gabriel Rafael Agrícola Francisco de Assis Gonzaga Pedro de Alcântara de Loiola de Saxónia-Coburgo-Gotha e Bragança – (Lisboa, 1847 – Lisboa, 1889), Duque de Coimbra, e as Infantas D. Antónia – D. Antónia Maria Fernanda Micaela Gabriela Rafaela Francisca de Assis Ana Gonzaga Silvéria Júlia Augusta de Saxónia-Coburgo-Gota e Bragança – (Lisboa, 1845 – Sigmaringen, 1913), futura Princesa consorte de Hohenzollern-Sigmaringen, e D. Maria Ana – D. Maria Ana de Saxónia-Coburgo-Gota e Bragança – (Lisboa, 1843 – Dresden, 1884), futura Princesa consorte de Saxónia.

Entre os seus discípulos técnicos e estudantes de daguerreótipo, destacam-se os irmãos Francisco Augusto Gomes, António Augusto Gomes e J. A. Gomes, profissionalmente activos desde 1852, com o estúdio Gomes & Newman, sito na Travessa de Santa Catarina, nº 4 – dos quais o primeiro se tornará o principal fotógrafo da Família Real Portuguesa e da Imperatriz viúva do Brasil

entre 1858 e 1865, produzindo profícua edição de cartões fotográficos dos seus diversos membros.

De igual modo, deve destacar-se o nome do daguerreotipista Luigi Nasi ou Louis Nazi, profissional activo na década de 1850 (com retratos do pedagogo e erudito António Feliciano de Castilho e do literato e ensaísta João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett), contudo dedicando-se activamente à arte fotográfica logo desde o início do reinado do Rei D. Luís I.

Um outro expoente do pioneirismo daguerreotípico fora o funchalense João Francisco Camacho (Funchal, 1833-1898), cujos ensaios iniciais lhe granjearam o título de fotógrafo da Imperatriz viúva D. Amélia do Brasil e Princesa de Beauharnais (que acompanhara a doença terminal da sua jovem filha única, a Princesa D. Maria Amélia, no Funchal em 1853), estabeleceu-se na Rua de S. Francisco, nº 21-22, na capital madeirense, e de pois no Grande Hotel Gibraltar, no Chiado lisboeta, onde fotografa, os Príncipes Reais e Duques de Bragança D. Carlos em 1865 e D. Luís Filipe c. 1893.

Entretanto, chegará a Portugal o fotógrafo francês Alfred Fillon (1805-1881), recomendado pelo seu compatriota e ensaísta e literato Victor-Marie Hugo (Besançon, 1802 – Paris, 1885) ao ensaísta e pedagogo António Feliciano de Castilho (Lisboa, 1800 – Lisboa, 1875), 1º Visconde de Castilho, trabalhando inicialmente na antiga *Photographia Monnet* portuense e, entre 1859 e 1866, no estúdio lisboeta da Rua das Chagas, nº 9. Interromperá a sua actividade profissional com uma especialização técnica itinerante europeia até 1873, quando regressa a Lisboa e abre um novo estúdio na Rua Nova dos Mártires, nº 46, e subsequentemente na Rua Serpa Pinto, nºs 79-87, consagrando-se, desde muito cedo, como Fotógrafo da Casa Real e tornando-se (tal como o seu sucessor Augusto Bobone) o fotógrafo favorito do Rei D. Luís e da Rainha D. Maria Pia.

Paralelamente, o jovem e empreendedor fotógrafo alemão Carl Emil Biel (Amberg, 1838 – Porto, 1915) chega a Lisboa em 1857, introduzindo novas tecnologias fotográficas germânicas patenteadas em Portugal, gerindo depois, com o seu sócio Fernando Brutt e entretanto adquirindo, a portuense *Casa Fritz*

em 1863-1865 (mais tarde redenominada *Photographia Emilio Biel*), concorrendo então à Exposição do Palácio de Cristal desse último ano e conquistando o almejado título de “*Fotógrafo da Casa Real*”.

Ainda no círculo da arte fotográfica portuense, há que referir também a actividade de Henrique Nunes (c. 1820-1895), sediado na Rua das Flores, nº 152, participante na Exposição Internacional de 1865 (onde recebe uma menção honrosa) e tendo então fotografado o Rei D. Luís. Transferindo-se para Lisboa em 1866, adquire o estúdio e a clientela de Alfred Fillon, destacando-se ao fotografar o Príncipe Real D. Carlos, Duque de Bragança, e os Infantes D. Augusto – Duque de Coimbra, e D. Afonso Henriques – Duque do Porto, sendo galardoado depois na Exposição Universal de Filadélfia de 1876 e na Exposição Portuguesa do Rio de Janeiro de 1879, além de agraciado com o título de “*Fotógrafo da Casa Real*” em 1880.

Entretanto, o fotógrafo António Correia da Fonseca fundara o seu estúdio portuense “*Photographia União*”, entretanto redenominada “*União Photographica da Casa Real*”, após ter retratado o Rei D. Luís e sido recompensado com o conseqüente título de “*Fotógrafo da Casa Real*” – ombreando em prestígio sócio-comercial com a *Casa Fritz* de Carl Emil Biel –, posteriormente fundando a premiadíssima empresa “*Fonseca & C.[ompanhi]ª*” em subsequente parceria com D. Miguel Fernandes Ferrer. Mais tarde, A. Vidal e João Fonseca fundam a conceituada firma lisboeta Vidal & Fonseca ao adquirirem a antiga *Casa Fritz* (situada na Calçada do Combro, nº 29 – 1º, e na Rua Belver, nº 6), cuja clientela prestigiante lhes granjeou a obtenção do título de “*Fotógrafos da Casa Real*” – voluntária e parcialmente amputado depois de 1910.

Em paralelo, o abastado lavrador e ganadeiro Carlos Augusto Mascarenhas Relvas de Campos (Golegã, 1838-1894) torna-se, desde 1862, o maior fotógrafo amador português, acumulando mais prémios e distinções que qualquer outro profissional seu contemporâneo, viajando, adquirindo e inovando a última tecnologia europeia, além de edificar um notável estúdio fotográfico excelentemente equipado na Golegã e amiúde visitado por diversos membros da Família Real.

Regressando a Lisboa, destaca-se o pintor e fotógrafo Augusto Bobone (1852?-1910?), sucessor e colaborador de Alfred Fillon, qualificando o seu estúdio sito na Rua Ivens, nºs 79-87, destacando-se por uma elaborada cenografia compositiva e harmoniosamente luminosa, e granjeando vários prémios em diversas exposições internacionais – entre os quais o cobiçadíssimo título de “*Fotógrafo da Casa Real*” e a preferência elitista da realeza e da alta sociedade coevas.

Contudo, destaca-se, na transição finissecular nacional, a família Novais, como uma verdadeira dinastia lisboeta de fotógrafos portugueses: António Novais (1855-1940), filho e irmão de profissionais do ramo, com estúdios sitos na Rua do Arco da Graça, nº 30, e na Calçada do Duque, nºs 19-25, foto-reporter sobretudo de instantâneos e “*Fotógrafo da Casa Real*” de franco acesso aos grandes eventos cortesãos; e Júlio Novais (1867-1925), activo de 1879 a 1897 (acabando como Director) na *Photographia Bastos* (sita naquele último endereço) e fundando então a *Photographia Novaes* (sita na Rua Ivens, nº 28).

De igual modo, surgem-nos casos pontuais de eminentes burgueses que cultivam e introduzem e promovem o gosto estético e o culto técnico da fotografia amadora entre as elites sociais. Destacam-se aqui o abastado proprietário e comerciante Jorge Almeida Lima (1853-1934), que se torna apaixonado fotógrafo amador e concorrente expositor assíduo (pelas suas qualidade técnica e originalidade temática), dedicando-se sobretudo e regularmente à foto-reportagem entre 1903 e 1912 em publicações periódicas como *Ilustração Portuguesa* e *Brazil – Portugal*; o prestigiado floricultor portuense Aurélio da Paz dos Reis (1862-1931) torna-se reputado fotógrafo semi-profissional e exímio cineasta pioneiro em 1896 – destacando-se pelo domínio cenográfico dos espaços e das multidões e tendo realizado a melhor reportagem da visita oficial do Rei D. Manuel II ao Norte de Portugal em 1908.

Também nos territórios coloniais, deve sublinhar-se a presença de nomes destacados, como: os irmãos J. & M. Lazarus (proprietários do melhor estúdio sito em Lourenço Marques, activos desde 1899, também em Berberton – República do Transvaal e encarregues pelo Governador Geral de Moçambique, Conselheiro Freire de Andrade, da reportagem fotográfica da visita oficial do



Príncipe D. Luís Filipe em 1907, abrindo conseqüentemente o estúdio lisboeta *Photographia Ingleza* na Rua Ivens, nº 59, em 1909, retratando o Rei D. Manuel II e recebendo o título de “Fotógrafos da Casa Real” – que ostentam até muito depois de 1910), J. Wexelsen (profissional de eventual etnia bóer, com estúdio sito na Beira e tendo registado diversos aspectos pontuais da visita oficial de 1907 a Moçambique) e Souza & Paul (profissionais indianos já activos pelo menos desde o seu agraciamento com a medalha de ouro da Exposição de Goa de 1890, registaram a expedição militar comandada em 1895-1896 pelo Vice-Rei e Infante D. Afonso Henriques, Duque do Porto – tornando-se assim “*Fotógrafos da Casa Real*”, com estúdio sito na Rua da Biblioteca Nacional em Pangim – Nova Goa e activo até às primeiras décadas do séc. XX).

Sobretudo ao longo da segunda metade do séc. XIX, é ainda possível mencionar alguns nomes menores da fotografia régia nacional, como: os profissionais lisboetas Joaquim Coelho da Rocha (fotógrafo dos Imperadores do Brasil, com estúdio sito na Praça da Alegria, nº 111 – frente à entrada norte do Passeio Público), Serra Ribeiro (fotógrafo e repórter fotográfico, com estúdio sito na Rua Quatro de Infantaria, nº 28), *Photo Americano* (um dos pioneiros da capital, sito no Tesouro Velho, nº 15), Damião da Graça – Fotografia Nacional (com estúdio sito na Praça da Alegria, nº 106, face ao Passeio Público) e Ferreira da Cunha (repórter fotográfico); o profissional provinciano Pereira Monteiro (com estúdio sito na Figueira da Foz); e os amadores Abílio de Sousa Secco (de São Pedro do Sul), A. Costa, Sá Magalhães, Senna Cardoso, Grilo & Sá, H. Cruz, F. Coutinho, Visconde de Asseca (camarista do Príncipe Real D. Luís Filipe) e Enrique Casanova (mestre de pintura dos Reis D. Luís e D. Carlos, e das Rainhas D. Maria Pia e D. Amélia).

Conseqüentemente, surge uma nova época fotográfica, gradualmente marcada pelas teorizações críticas e pelo fotojornalismo com expoentes notáveis, como: Arnaldo da Fonseca (1868-1936), teórico, crítico e activo associativista, co-autor do *Tratado Geral de Photographia* de 1891, co-editor (com o comerciante e fotógrafo amador Júlio B. Worm, situado na Rua da Prata, nº 137) do *Boletim Photographico* e co-fundador da Sociedade Portuguesa de Fotografia de 1907 a 1914, e proprietário dos estúdios *Officinas Photographicas* e *Casa Camacho*

(outrora de João Francisco Camacho) – retirando-se para a diplomacia em 1908-1910; e Joshua Benoliel (Lisboa, 1873 – Lisboa, 1932), o mais célebre repórter fotográfico português, sobretudo representando os principais eventos sócio-políticos e lúdico-desportivos nacionais do primeiro quartel do séc. XIX na *Ilustração Portuguesa* e n' *O Século*.

## **2. Monarquia e crepúsculo**

Após a tempestiva primeira metade do séc. XIX (com a turbulência bélica das invasões francesas de 1807-1811, da administração militar britânica de 1811-1820, do êxodo transatlântico da Coroa de 1807-1821, da progressão constitucionalista de 1820-1838, das reacções absolutistas de 1823-1824, da independência política brasileira de 1821-1822, da crise político-sucessória de 1825-1828, da usurpação miguelista e conseqüente guerra civil de 1828-1834), Portugal consolida-se na senda modernizante do liberalismo.

É assim que, entre a Regeneração de 1851 e o Ultimato de 1891, quatro grandes vectores prioritários se impunham: incremento da produtividade agrícola, implantação de infra-estruturas ferroviárias, progressão tecnológica industrial fabril e consolidação da alfabetização popular.

O panorama geo-económico nacional pautava-se então por apresentar 80% da população residente no interior rural e pouco acessível, baixas fertilidade e produtividade agrícola, distribuição fundiária desequilibrada, gestão patrimonial imóvel indirecta, frágil introdução tecnológica mecanizante face à abundância de mão de obra jornaleira barata e abundante, elevada produção de subsistência doméstica e consumo de manufactura artesanal local, além de um mercado de consumo desorganizado e assimétrico entre o litoral e o interior (provocando assim uma emigração massiça, sobretudo para o Brasil, e directamente proporcional face à quebra dos rendimentos salariais).

Contudo, a indústria desenvolvia-se lentamente, sobretudo nos meios urbanos (especializando-se em estampania têxtil, metalurgia, construção civil, tabaco e carpintaria), face ao baixo custo de mão-de-obra e ao mercado reduzido do

artesanato tradicional. Por seu turno, o comércio concentrava uma grande heterogeneidade social urbana (balconistas, lojistas, estivadores, fragateiros, retalhistas, escriturários, criadas, modistas, cabeleireiros, calistas, etc.), sobretudo em Lisboa, e as únicas exportações relevantes de conservas e cortiças começam a ser combatidas com o aumento crescente das importações industriais – aquando do ocaso do Fontismo tecnológico regenerador em 1880-1890.

Perante isto, com escassa salubridade, higiene indigente, alimentação deficitária, habitação precária, rendimentos baixos e impostos galopantes, a “questão social” ganha progressivamente relevo nos ambientes oficiais da discussão política, sobretudo entre 1872 e 1890, com as greves, a epidemia portuense de peste bubónica em 1889, a elevada taxa de mortalidade (sobretudo infantil) entre a população operária e fabril mais desfavorecida – provocando assim a pioneira emergência filantrópica de um proteccionismo público na legislação laboral, por absoluto contraste com as grandes fortunas burguesas ostensivas e resultantes de contratos estatais e dos monopólios económicos das companhias comerciais e mineiras.

Assim sendo, na sequência da acessão do Rei D. Carlos I em 19 de Outubro de 1889, Portugal era um país com sintomático crescimento demográfico, agrícola e industrial, embora predominantemente rural, pobre e analfabeto. Paralelamente, a jurisprudência pública internacional introduzida pela Conferência de Berlim em 1885 quanto à soberania europeia na África colonial gerara a querela diplomática anglo-portuguesa do conseqüente ultimato britânico ao “mapa cor-de-rosa” luso em 1890 – prejudicando os interesses expansionistas ingleses e apesar da ancestral reciprocidade teórica do Tratado de Windsor de 1386.

Apesar desta polémica internacional, deflagra ainda a crise financeira mundial crescente desde 1890, com o agravamento da dívida externa, o bloqueio dos financiamentos habituais pelos países mais ricos e o encerramento de mercados agrícolas de exportação – conduzindo a graves repercussões negativas nacionais, como o crescente descontentamento público face ao regime monárquico-constitucional e ao rotativismo partidário instalado no

Governo desde o triunfo do movimento revolucionário da Regeneração de 1851.

Neste contexto, agravado com a implantação da República no Brasil em 1889 e a consequente quebra de remessas fiduciárias pelos emigrantes portugueses, gera-se a crise financeira nacional de 1890-1892, para a qual o Rei determina voluntariamente ao Governo a subtração periódica de 20% da sua Lista Civil, como contribuição fiscal extraordinária da Coroa para reequilíbrio orçamental do Estado. Entretanto, esta contestação política e partidária nacionalista concedeu vários dividendos ao ideário republicano (sinteticamente expressos na intentona revolucionária falhada no Porto em 31 de Janeiro de 1891) e criando novas expectativas na sociedade em geral.

Será igualmente neste sentido que se inserirá a política externa do Rei D. Carlos I, que enceta uma acção diplomática internacional já no início do séc. XX, com as sucessivas visitas oficiais de alguns chefes de Estado estrangeiros a Portugal: o Rei Chulalongkorn / Rama V da Tailândia – Phra Bat Somdet Phra Poramintharamaha Chulalongkorn Phra Chunla Chom Klao Chao Yu Hua – (Bangkok, 1853 – Bangkok, 1910) em Outubro de 1897, o Rei Eduardo VII de Inglaterra – Alberto Eduardo de Hanôver e Saxónia-Coburgo-Gotha – (Londres, 1841 – Londres, 1910) em Abril de 1903, o Rei D. Afonso XIII de Espanha – D. Afonso Leão Fernando María Jaime Isidro Pascoal António de Bourbon e Habsburgo-Lorena – (Madrid, 1886 – Roma, 1941) em Dezembro de 1903, o Príncipe Artur de Inglaterra – Artur Guilherme Patrício Alberto de Hanôver e Saxónia-Coburgo-Gotha (Londres 1850 – Surrey, 1942) – e família em Janeiro de 1905, a Rainha Alexandra de Inglaterra – Alexandra Carolina Maria Carlota Luísa Júlia de Hesse-Cassel e Schleswig-Holstein-Sonderburg-Glücksburg – (Copenhaga, 1844 – Norfolk, 1925) em Março de 1905 e Abril de 1906, o Imperador Guilherme II da Alemanha – Frederico Guilherme Victor Alberto de Saxónia-Coburgo-Gotha e Hohenzollern-Sigmaringen – (Potsdam, 1859 – Utreque, 1941) em Março de 1905, o Presidente Émile François Loubet (Marsanne, 1838 – Montélimar, 1929) da República Francesa em Outubro de 1905, o Rei Frederico Augusto III de Saxónia – Frederico Augusto João Luís Carlos Gustavo Gregório Filipe de Bragança e Wettin – (Dresden, 1865 – Szczodre, 1932) e a sua irmã, a Princesa Matilde da Saxónia em Março de

1907, e o Príncipe Guilherme de Hohenzollern-Sigmaringen (Benrath, 1864 – Sigmaringen, 1927), também em Março de 1907 – além do Presidente eleito Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (São Gabriel, 1855 – Petrópolis, 1923) da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, já depois em Outubro de 1910.

No entanto, a contestação sócio-política ao regime monárquico constitucional (sobretudo representada no consulado franquista e na polémica e complexa questão não esclarecida dos famosos adiantamentos financeiros concedidos pelo Conselho de Ministros à Lista Civil auferida pela Casa Real) radicaliza-se até ao surgimento diversificado de múltiplos rumores informativos de eventuais atentados bombistas ou balísticos contra contingentes policiais, membros do órgão executivo governamental ou até da própria Família Real, o que resultou no assassinato a tiro, perpetrado em 1 de Fevereiro de 1908, em Lisboa, do Rei D. Carlos I e do Príncipe Real D. Luís Filipe, Duque de Bragança, seu filho primogénito e herdeiro político, escapando ilesa a Rainha D. Amélia e sendo ferido num braço o Infante D. Manuel, Duque de Beja e soberano seguinte.

Sucedendo como novo monarca no Trono de Portugal, o jovem Rei D. Manuel II reinará apenas quase três anos até se exilar rumo a Inglaterra via Gibraltar, na sequência do triunfante golpe de Estado republicano de 5 de Outubro de 1910 e no termo de um reinado marcado pela continua instabilidade partidária rotativista desacreditante da Monarquia constitucional, pelo fracasso do sistema político parlamentar, pela insolúvel questão religiosa e pela crescente propaganda republicana – apesar do entusiástico acolhimento sempre recebido junto da população e das diversas instituições civis e militares, do apelo constante à estabilização social e das reformas estruturais encetadas de revisão constitucional e desenvolvimento económico.

Neste momento concreto, será oportuno exemplificar a referenciada situação política nacional, crescentemente conturbada quanto aos sucessivos desentendimentos e desinteligências conflituosas entre as principais figuras políticas do panorama rotativista da Monarquia constitucional portuguesa, citando o registo íntimo das respectivas notas autógrafas manuscritas originais, íntimas e elucidativas do Rei D. Manuel II, alusivas à audiência concedida ao

político, estadista e parlamentar progressista (e depois adesivo republicano) José Maria de Alpoim Cerqueira Borges Cabral (Mesão Frio, 1858 – Lisboa, 1916) no Palácio Real da Pena, em Sintra, em 2 de Setembro de 1909:

*“Largamente fallou da questão politica. – Disse-me que ajudaria o governo com toda a boa vontade. [...] chegou a um ponto e disse-me [...] ‘[...] Vossa Majestade escolha-nos um outro chefe’. ‘N’essa não cahirei eu’ respondi. [...], achei necessario registar esta antiga declaração. [...] Contei-lhe então (Pena 2.IX.09), o que o [...] me tinha lido a seu respeito e dos seus amigos. Ficou attonito. – E começou a fazer commentarios m[ui]to desagradaveis [...]. – Continuando ainda a fallar sobre a politica disse: ‘Meu Senhor eu não quero ser Ministro, a unica cousa em que podia pensar era ser P[residen]te do Conselho, mas se tal pedisse ou quizesse era um Amigo desleal e indigno de Vossa Majestade’. ‘A unica cousa que eu quero é encontrar uma collocação para os meus Amigos, e depois não quero mais nada! Vou lá para fóra se assim fôr conveniente’. [...] – ‘Meu Senhor... disse tambem ‘se os politicos monarchicos serão maus, os republicanos são degenerados morais, uma cafila de ladrões e malandros.’ Declarou-me que era monarchico, e que quando houvesse o choque (inevitavel segundo diz) entre republicanos e monarchicos, então veriam se elle era Monarchico ou republicano. Perguntei-lhe então porque se não desligava completamente dos republicanos; Respondeu: os monarchicos não fazem senão escorrassar-me e dizerem de mim todas as infâmias, não me quero pôr mal com todos! – Com respeito a questão religiosa disse-me que elles (padres) lhe haviam de pagar tudo o que disseram d’elle e fizeram contra elle: ‘Até disseram, meu Senhor,’ disse com grande exaltação, ‘que fui eu que matei El-Rei D.[om] Carlos!!! – Hão de m’o pagar, dizia’. Parece-me contudo que a questão religiosa não irá m[ui]to por deante pois o Alpoim prometteu-me que faria o seu possível para que a questão não fosse avante, contudo disse-me que a bala estava attirada e que seria difficil sustel-a. – Disse-me ainda que Lisboa era uma cidade revolucionaria, que o choque entre monarchicos e republicanos era inevitavel, apesar das grandes divergencias existentes entre estes e que estava certo que os monarchicos haviam de vencer. – Pareceu-me com ideas acertadas e com vontade de ficar quieto. – Parece-me que com diplomacia e tacto se pode conseguir muito d’este homem.”*

Por outro lado e como complementar expressão sintetizante do pensamento político do soberano aquando das vésperas da revolução republicana, citem-se aqui as suas oportunas palavras, registadas confidencialmente em carta autógrafa manuscrita original remetida também do Palácio Real da Pena, em Sintra, em 15 de Setembro de 1910, ao cientista e político regenerador Wenceslau de Lima e a propósito do seu então último Presidente do Conselho de Ministros, o médico, estadista e político regenerador António Teixeira de Sousa:

*“Escrevo-lhe hoje em primeiro lugar para lhe dar as boas vindas e em segundo lugar para o informar de uns pontos mais urgentes e importantes de política que entendo necessario que conheça primeiro, e segundo porque preciso do seu auxilio. A questão política está muito complicada, muito torcida. As eleições foram em extremo renhidas, como sabe. Mas é necessário que o Teixeira de Sousa se entenda com a oposição, porque, senão, ninguém se entende e não sei onde irá tudo parar. Garanto-lhe, meu querido amigo, que também tenho passado maus bocados: não julgue, contudo, que estou desanimado; não. Um Rei nunca pode, nem deve desanimar: o que me entristece é encontrar tão pouca boa fé de lado a lado. [...] Duro officio de Reinar! A mais, o que entendo absolutamente indispensável é que o Teixeira de Sousa se entenda com a oposição: [...]”*

### **3. Sintra e a Coroa**

Na sequência da restauração definitiva do liberalismo em Portugal com a reconquista de Lisboa ao absolutismo miguelista e o conseqüente regresso da Rainha D. Maria II – D. Maria da Glória Joana Carlota Leopoldina da Cruz Francisca Xavier de Paula Isidora Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Habsburgo e Bragança – (Rio de Janeiro, 1819 – Lisboa, 1853) ao Trono, o seu pai e anterior Príncipe Regente, D. Pedro de Alcântara – D. Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon – (Queluz, 1798 – Queluz, 1834), Duque de Bragança (e Rei D. Pedro IV de Portugal e Imperador

D. Pedro I do Brasil), instala-se inicialmente no Palácio da Quinta Real do Ramalhão, em Sintra, em Setembro de 1833, com a sua esposa, a Imperatriz D. Amélia do Brasil e Princesa de Beauharnais – D. Amélia Augusta Eugénia Napoleona de Wittelsbach e Beauharnais – (Milão, 1812 – Lisboa, 1876), e a sua filha, a pequena Princesa D. Maria Amélia – D. Maria Amélia Augusta Eugénia Josefina Luísa Teodolinda Heloísa Francisca Xavier de Paula Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Beauharnais e Bragança – (Paris, 1831 – Funchal, 1853).

Tendo a Quinta Real do Ramalhão sido adquirida em 1794 por D. Carlota Joaquina – D. Carlota Joaquina Teresa Caetana de Bourbon e Bourbon – (Aranjuez, 1775 – Queluz, 1830), então consorte régia como Princesa do Brasil, Duquesa de Bragança e futura Rainha de Portugal, logo cedo funcionou como nova residência real periférica pessoal, sendo frequentemente habitada pela sua augusta proprietária até ao embarque lisboeta da Família Real para a travessia oceânica desde o território metropolitano nacional, aquando das invasões francesas em 1807 (além da visita realizada com o seu marido, o Príncipe Regente D. João – D. João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança e Bragança – (Lisboa, 1767 – Lisboa, 1826) à Quintas de Belas em 1795 e talvez à de Seteais em 1802), e depois do respectivo regresso constitucionalista a Portugal em 1821-1822 e subsequente exílio no Palácio Real de Queluz desde a intentona revolucionária falhada da Abrilada de 1824 até ao seu falecimento em 1830.

Contudo e pouco tempo depois do seu estabelecimento na Quinta Real do Ramalhão, D. Pedro transferiu-se com toda a sua família, para o Palácio Real de Queluz, aí falecendo em 24 de Setembro de 1834, no mesmo quarto e na mesma cama onde nascera em 12 de Outubro de 1798, transferindo-se depois as suas esposa e filha para o Palácio das Janelas Verdes, em Lisboa.

Posteriormente, em Janeiro de 1836, o Príncipe alemão D. Fernando de Saxónia-Coburgo-Gotha torna-se o terceiro esposo da Rainha D. Maria II de Portugal, bem como Rei consorte com o nascimento do seu filho primogénito, o futuro Rei D. Pedro V, em 15 de Setembro de 1837. Desde cedo, preocupando-se com a divulgação e a preservação do património artístico e arquitectónico



nacional, o jovem monarca, redenominado Rei D. Fernando II, será o responsável por um novo ciclo da presença régia em Sintra, praticamente desde pouco depois das vésperas da união dinástica com Espanha em 1580, ao adquirir as ruínas do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena da Serra de Sintra para edificar o seu Palácio acastelado eclético revivalista.

Com a emergência artístico-cultural romântica expressa na transformação cenográfico-palatina do serrano cenóbio jeronimita mariano arruinado pelo Rei consorte D. Fernando II, Sintra regressa paulatinamente ao estatuto cíclico de residência sazonal da Corte desde cerca de 1838, sobretudo com as permanências mais prolongadas do monarca e da sua esposa (ainda no Paço e quase até ao falecimento desta, além de frequentes burricadas até à Pena) – tendo o seu próprio filho, o Rei D. Pedro V, passado a sua lua-de-mel matrimonial no Palácio Real de Sintra com a respectiva esposa, a Rainha D. Estefânia, em Maio de 1858 (para cujo efeito fora intervencionado).

Mais tarde e considerando o estatuto privado residencial desse mesmo palácio acastelado, o Paço Real de Sintra é alvo de uma campanha decorativa em 1863 (expressa num álbum aguarelado da autoria do pintor espanhol Enrique Casanova, Mestre de desenho e pintura da Família Real portuguesa) e perspectivada para o conforto doméstico de estadias com permanência prolongada – desde a aclamação do Rei D. Luís I – D. Luís Filipe Maria Fernando Pedro de Alcântara António Miguel Rafael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis João Augusto Júlio Volfrando de Saxónia-Coburgo-Gotha e Bragança – (Lisboa, 1838 – Cascais, 1889) e a concomitante celebração matrimonial do seu consórcio com a Rainha D. Maria Pia de Habsburgo e Sabóia (Turim, 1847 – Stupinigi, 1911), que usufruiu frequentemente do edifício até à implantação da República.

Neste sentido específico, é possível exemplificar esta mesma sazonal frequência intimista, citando um excerto profundamente afectivo e privado de uma carta ocasional, endereçada do Palácio Real de Sintra pela Rainha D. Maria Pia ao Rei D. Luís I, em 18 de Agosto de 1875 – marcada por uma pontual ortografia francesa errada e integrando o espólio documental pessoal familiar do seu sobrinho-neto, o falecido Rei Humberto II de Itália – Humberto

Nicolau Tomás João Maria de Petrovic-Njegos e Sabóia – (Racconigi, 1904 – Genebra, 1983): *“Je reçois toujours de tes chères nouvelles par le télégraphe et te sais bien en santé (...) Soigne toi bien ne prend pas de soleil ne te fatigue pas. Je t’embrasse de tout mon coeur et suis ton aff[ectueusement] a) Maria Pia”* (*“Eu recebo sempre caras notícias tuas pelo telégrafo e sei-te bem em saúde (...) Cuida-te bem, não apanhes Sol, não te canses. Eu abraço-te de todo o meu coração e sou tua af[ectuosamente] a) Maria Pia”*).

Adicionalmente, o Paço acolhe a recepção realizada em honra da visita oficial do Imperador D. Pedro II do Brasil – D. Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Habsburgo e Bragança – (Rio de Janeiro, 1825 – Paris, 1891), em 9 de Março de 1872 (integrando o Parque da Pena, o *Chalet* da Condessa de Edla – onde almoçou – e o Paço Real, sob a expectativa das autoridades administrativas, judiciais e eclesiásticas locais, de um destacamento militar formado no terreiro respectivo, bem como da população inundando o espaço público, com girândolas de foguetes e tanger de sinos) – cuja imperial capital estival de Petrópolis era epitetada de “Sintra brasileira”.

Mais tarde, realiza-se, em 21 de Setembro de 1885 e na Sala das Pegas do Palácio Real de Sintra, o jantar de homenagem oferecido pelo Rei D. Luís I e pela Rainha D. Maria Pia aos Oficiais do Exército e exploradores africanistas Vice-Almirante Hermenegildo Carlos de Brito Capelo (futuro Ajudante-de-campo dos Reis D. Luís I e D. Carlos I, e Chefe da Casa Militar do Rei D. Manuel II) e Capitão-de-fragata Roberto Ivens (São Pedro, 1850 – Dafundo, 1898) (futuro Oficial às ordens e Ajudante-de-campo da Casa Militar do Rei D. Carlos I) – e a que também compareceram, entre outros: o então Príncipe Real D. Carlos, Duque de Bragança; D. Eugénia Xavier Teles da Gama, futura 2ª Marquesa de Unhão e dama camarista da Rainha; António Maria de Fontes Pereira de Melo (Lisboa, 1819 – Lisboa, 1887), estadista e político regenerador, Presidente do Conselho de Ministros; Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (Lisboa, 1842 – Lisboa, 1895), jornalista, romancista, ensaísta, dramaturgo, estadista e político regenerador, Ministro da Marinha; António Augusto de Aguiar (Lisboa, 1838 – Lisboa, 1887), cientista, docente, estadista e político

regenerador, Presidente da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa; Tomás António Ribeiro Ferreira (Tondela, 1831 – Lisboa, 1901), estadista e político regenerador, publicista, poeta e escritor.

Este mesmo edifício – conjuntamente com os Palácios Reais da Ajuda e de Cascais – fora ainda um dos escolhidos (quanto a cinco das suas dependências: Salas dos Cisnes e das Pegas [então sala de jantar formal], sala de despacho, gabinete de trabalho e quarto de dormir do Rei D. Luís I) para constituir um magnífico álbum ilustrativo polícromo de pinturas aquareladas de perspectivas interiores coevas daquelas residências régias da autoria do pintor aquarelista espanhol Enrique de Casanova e para oferta pela própria Rainha D. Maria Pia ao soberano seu esposo em 1889 (entretanto falecido nesse mesmo ano) e apenas terminado entre 1891-1892 e 1895.

Paralelamente, o Palácio da Pena apenas entra na propriedade pública após a morte do Rei D. Fernando II, ocorrida em 15 de Dezembro de 1885, e a respectiva venda pela sua viúva e herdeira, a Condessa de Edla, Elise Friederike Hensler (Neuchâtel, 1836 – Lisboa, 1929), com consequente aquisição pelo Rei D. Luís I, em nome do Estado, por Carta de Lei de 25 de Julho de 1889, constituindo então doravante e até à implantação revolucionária da República Portuguesa um segundo espaço áulico sintrense de permanência sazonal cortesã.

Por outro lado, no Paço Real de Sintra (tal como paralelamente no da Cidadela de Cascais, desde cerca de 1870), a frequência sazonal da Família Real portuguesa (nos reinados dos Reis D. Luís I e D. Carlos I – que descrevia a região sintrense como *"nevoeiro até aos olhos e poeira até à cintura"*) apresenta uma natural similitude doméstica e social face a Lisboa, embora acrescida de uma adicional rotina bucólica expressa pelo inerente e natural provincianismo periférico.

Tal é essencialmente exemplificável no relaxamento doméstico palaciano (sobretudo pautando-se pela amenidade das conversas informais e pela afectividade das brincadeiras infantis das augustas crianças régias), na presença solene em popularíssimas touradas realizadas na Praça de Touros

(sita junto ao Bairro da Estefânia desde 1887, talvez após a inauguração solene e festiva da circulação ferroviária sintrense de tracção a vapor em 2 de Abril – e edificada em eventual homenagem à sintrense lua-de-mel dos Príncipes Reais D. Carlos e D. Amélia, consorciados em 22 de Maio de 1886, e ao nascimento lisboeta do Príncipe da Beira D. Luís Filipe, em 21 de Março daquele ano) e de passeios (como as serranas corridas automobilísticas do célebre “Arreda”, o Infante D. Afonso Henriques, Duque do Porto, ao volante do seu veículo de marca *Fiat* de 1902), bem como na participação em campestres *rally papers* bastante participados pela Corte (com relaxantes e divertidas actividades lúdico-desportivas ao ar livre) – representáveis naquele muito noticiado ou fotografado na imprensa de então e realizado no Campo das Arroteias, em 6 de Agosto de 1904, com a presença completa da Casa de Bragança para assistência e entrega de troféus aos vencedores premiados, e sob a respectiva presidência do Conde de Figueiró como seu juiz de chegadas à meta.

Dentro do restrito círculo íntimo das comitivas ao serviço permanente da Família Real destacavam-se vários nomes aristocráticos de total proximidade e absoluta confiança pessoais, e por vezes interrelacionados por laços familiares endogâmicos e consanguíneos – também sempre acompanhando a Corte nas suas estadias sazonais dos Palácios Reais da Pena e de Sintra. Entre estes, é possível elencar, com destaque representativo, os titulares Duques de Palmela, Duques de Loulé, Marquês de Lavradio, Marqueses de Belas, Marquesa de Tancos, Marquês de Soveral, Marquesa de Unhão, Marquês de Alvito, Marqueses do Faial, Condes das Galveias, Condes da Ponte, Condes de Lavradio, Condes de Figueiró, Condes de Sabugosa, Conde de Belmonte, Condessa de Seisal, Condessa de S. Lourenço, Conde de Mesquitela, Condes de Arnoso, Condes de Vale de Reis, Conde de Santiago, Conde de Mafra, Conde de Vialonga e Viscondes de Asseca.

Assim, no âmbito da Casa Civil e quanto à comitiva da Rainha D. Maria Pia, destacam-se sobretudo – e com especial permanência temporária no Palácio Real de Sintra: D. José Francisco de Almeida e Vasconcelos e Soveral de Carvalho de Maia Soares de Albergaria (1840-1908), Licenciado em Agronomia, Moço Fidalgo da Casa Real, 1º Visconde e 1º Conde de

Moçâmedes e Veador da Rainha; sua esposa, D. Maria Margarida Braancamp de Melo Breyner (Lisboa, 1844 – Lisboa, 1930), 1ª Condessa de Moçâmedes (filha de Adelaide Braancamp Sobral de Almeida Castelo Branco e de Luís Maria de Melo Breyner, 2ºs Conde e Condessa de Sobral de Monte Agraço), e sogra de D. Pedro José Rolim de Moura Barreto (filho de D. Augusto Pedro de Mendança Rolim de Moura Barreto, 3º Conde da Azambuja, e neto de Nuno José Severo de Mendança Rolim de Moura Barreto e de D. Ana de Jesus Maria de Bourbon e Bragança – Infanta de Portugal, 1ºs Duque e Duquesa de Loulé), dama camarista da Rainha; D. Maria Margarida Tomásia Guedes Cabral Correia de Queirós (Lisboa, 1882 – Lisboa, 1956), 4ª Marquesa de Belas (e filha de Tristão Guedes Correia de Queirós) e dama camarista da Rainha; D. Luís Maria Álvaro da Costa de Sousa de Macedo (1862-19??), 6º Visconde e 4º Conde de Mesquitela e 9º Barão de Mullingar; D. Pedro José Agostinho de Mendança Rolim de Moura Barreto (Paris, 1830 – Lisboa, 1909), 2º Duque e 3º Marquês de Loulé e 10º Conde de Vale de Reis, Mordomo-Mor da Rainha; D. Eugénia Xavier Teles da Gama (Lisboa, 1848 – 1931), 2ª Marquesa de Unhão, dama camarista da Rainha (e filha de D. Domingos Vasco Teles da Gama, 9º Marquês de Nisa, e irmã de D. Manuel Xavier Teles da Gama, 1º Conde de Cascais); Conselheiro Augusto Gomes Araújo (1842-1915), Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Administrador Geral da Casa Real e Particular da Casa da Rainha, Director de Tesouraria do Ministério da Fazenda e Primeiro Oficial da Tesouraria na Secretaria da Junta Geral da Bula da Cruzada (e sobrinho de Joaquim José de Araújo, 1º Visconde dos Olivais, e neto paterno de Bernardino António Gomes, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Médico da Real Câmara); e D. Ana de Sousa Coutinho de Mendança (Lisboa, 1847 – Lisboa, 1932), genealogista amadora (e filha de D. Rodrigo de Sousa Coutinho Teixeira de Andrada Barbosa, 3º Conde de Linhares, e neta de Nuno José Severo de Mendança Rolim de Moura Barreto e de D. Ana de Jesus Maria de Bourbon e Bragança – Infanta de Portugal, 1ºs Duque e Duquesa de Loulé), dama camarista da Rainha.

Adicionalmente, também na Casa Militar e quanto à comitiva do seu filho secundogénito, o Infante D. Afonso Henriques, Duque do Porto, refiram-se em pormenor – e também com especial presença ocasional nos Palácios Reais da

Pena e de Sintra: Coronel João de Benjamim Pinto (Lisboa, 1851 – Lisboa, 1914), 1º Conde de Vialonga, Oficial do Exército, Ajudante de Campo dos Reis D. Carlos I e D. Luís I, e honorário do Rei D. Manuel II, Moço Fidalgo da Casa Real, Veador da Rainha; e o Capitão José Vicente da Silva Sena (Lisboa, 1870 – Lisboa, 1944), Oficial do Exército e Ajudante-de-campo efectivo do Infante D. Afonso Henriques, Duque do Porto.

Por outro lado, no contexto da Casa Civil e quanto à comitiva dos Reis D. Carlos I e D. Manuel II, e da Rainha D. Amélia, é possível elencar – permanecendo ocasional e especialmente nos Palácios Reais da Pena e também, por vezes, de Sintra: D. Isabel Juliana Saldanha da Gama (Lisboa, 1850 – Twickenham, 1918), filha de João de Saldanha da Gama, 8º Conde da Ponte, dama camarista da Rainha e aia do Príncipe Real, D. Luís Filipe, Duque de Bragança, e do Infante D. Manuel, Duque de Beja; Maria Germana de Castro Pereira (Hamburgo, 1860-19??), 2ª Condessa de Seisal; Maria Cândida de Almeida Cardoso de Albuquerque (1884-19??), 3ª Condessa de Seisal, dama camarista da Rainha (e filha de Francisco de Almeida Cardoso e Albuquerque, 1º Conde de Mangualde); Maria Luísa Domingues Eugénia Ana Filomena Josefa Antónia Francisca Xavier Sales de Borja de Assis Paula de Sousa Holstein Beck (Lisboa, 1841 – Sintra, 1909), 3ª Duquesa de Palmela, 2ª Marquesa do Faial e 3ª Condessa do Calhariz e de Sanfré, escultora, erudita (e amiga de António Maria Vasco de Melo Silva César de Menezes, 9º Conde de Sabugosa e 11º Conde de São Lourenço), filantropa, fundadora da Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas, dama Camareira-Mor da Rainha; D. Maria da Piedade de Saldanha de Oliveira e Sousa (Lisboa, 1877 – Lisboa, 1940), 6ª Marquesa de Lavradio (e neta de D. João Maria de Saldanha Oliveira e Sousa, 3º Conde de Rio Maior); Pedro João de Morais Sarmiento (Copenhaga, 1829 – Benfica, 1903), 2º Barão da Torre de Moncorvo, 9º Conde da Torre, 6º Marquês de Alorna, 8º Marquês de Fronteira, artista e melómano, camarista dos Reis D. Fernando II, D. Luís I e D. Carlos I; sua esposa, D. Maria de Mascarenhas Barreto (Benfica, 1822 – Benfica, 1914), 9ª Condessa da Torre, 6ª Marquesa de Alorna, 8ª Marquesa de Fronteira, fotógrafa amadora, dama honorária das Rainhas D. Estefânia e D. Maria Pia; D. Maria Francisca

de Menezes (Lisboa, 1856 – 1928), filha de António Pedro Jorge de Menezes Portugal da Silva; D. António de Vasconcelos e Sousa (Rio de Janeiro, 1858 – Inglaterra, 1922), 5º Conde de Figueiró (e neto de D. Afonso de Vasconcelos e Sousa, 3º Marquês de Castelo Melhor, e bisneto de D. Eugénia Maria Teles de Castro da Gama, 3ª Marquesa de Niza), Veador da Rainha; sua esposa, D. Josefa (Pepita) Sandoval y Pacheco (1859-19??), 5ª Condessa de Figueiró e dama camarista da Rainha; D. Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (Lisboa, 1866 – Carcavelos, 1933), Veador da Rainha (e filho de D. Vasco António de Figueiredo Cabral da Câmara, 3º Conde de Belmonte, e neto de Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto e de D. Ana de Jesus Maria de Bourbon e Bragança – Infanta de Portugal, 1ªs Duque e Duquesa de Loulé); Dr. Tomás de Melo Breyner (Lisboa, 1866 – Lisboa, 1933), médico da Real Câmara (e futuro 4º Conde de Mafra); Franz Kerausch, professor de línguas e literaturas latina e alemã do Príncipe Real, D. Luís Filipe, Duque de Bragança, e do Infante D. Manuel, Duque de Beja; D. Vicente de Paula Gonçalves Zarco da Câmara (Lisboa, 1875 – 1946), 10º Conde da Ribeira Grande, Oficial-Mor da Casa Real; e Luís Maria Pinto de Soveral (S. João da Pesqueira, 1853 – Paris, 1922), 1º Marquês de Soveral (e filho de Eduardo Pinto de Soveral, 1º Visconde de São Luís, e cunhado de António Maria Correia de Sá e Benevides Velasco da Câmara, 8º Visconde de Asseca), Moço Fidalgo da Casa Real, diplomata e estadista.

Além disso, no foro da Casa Militar e quanto à comitiva dos Reis D. Carlos I e D. Manuel II, é possível elencar – permanecendo também nos Paços da Pena e de Sintra: Capitão Salvador Correia de Sá e Benevides da Câmara (Torres Novas, 1873 – Sintra, 1939), 9º Visconde de Asseca (e sobrinho materno do diplomata e estadista Luís Maria Pinto de Soveral, 1º Marquês de Soveral), Oficial do Exército, Ajudante-de-campo honorário do Rei D. Manuel II, Estribeiro-Mor do Reino; General Bernardo Pinheiro Correia de Melo (Guimarães, 1855 – 1911), 1º Conde de Arnoso (filho de João Machado Pinheiro Correia de Melo, 1º Visconde de Pindela), poeta, Moço Fidalgo da Casa Real, Oficial do Exército e Secretário particular do Rei D. Carlos I e Ajudante-de-campo honorário do Rei D. Manuel II; Coronel Alfredo Augusto

José de Albuquerque (Viseu, 1875 – 19??), Oficial do Exército às ordens do Rei D. Carlos I e Ajudante-de-campo honorário do Rei D. Manuel II, Estribeiro-Menor do Reino, Guarda Real da Rainha e Director inaugural do Museu Nacional dos Coches Reais; Coronel Fernando Eduardo de Serpa Pimentel (Coimbra, 1855 – Tábua, 1929), Oficial do Exército, Oficial-Mor da Casa Real (e sobrinho de José Freire de Serpa Pimentel, 2º Visconde de Gouveia, e de Manuel de Serpa Pimentel, 2º Barão de São João de Areias), Administrador da Casa Real e Ajudante-de-campo efectivo do Rei D. Carlos I; Capitão-de-mar-e-guerra D. Fernando de Serpa Leitão de Mansilhas Pimentel (Santa Comba Dão, 1851 – Lisboa, 1928), Oficial da Marinha (e filho de José Freire de Serpa Pimentel, 2º Visconde de Gouveia e Administrador Geral da Casa Real, e irmão de D. Afonso Serpa Leitão Freire Pimentel, 1º Conde e 1º Marquês de Gouveia, bem como sobrinho de Manuel de Serpa Pimentel, 2º Barão de São João de Areias) e Ajudante-de-campo efectivo do Rei D. Manuel II; Vice-Almirante Hermenegildo Carlos de Brito Capelo (Palmela, 1841 – Lisboa, 1917), Oficial da Marinha e Ajudante-de-campo honorário dos Reis D. Carlos I e D. Manuel II; Coronel António Augusto Duval Teles (Lisboa, 1852 – Lisboa, 1906), Oficial do Exército, Ajudante-de-campo efectivo dos Reis D. Luís I e D. Carlos I (e amigo do Capitão Henrique Mitchell de Paiva Couceiro); Tenente-Coronel Sebastião Eduardo Pereira da Silva de Sousa e Menezes (Porto, 1855 – Lisboa, 1934), 12º Conde de Tarouca (e filho de Joana Maria do Rosário Francisca Sales Pereira da Silva de Sousa e Menezes, 2ª Condessa de Bertandos), Oficial do Exército, Ajudante-de-campo honorário dos Reis D. Carlos I e D. Manuel II; Capitão-de-fragata João Agnelo Velez Caldeira Castelo Branco (Lisboa, 1855 – 1943), Oficial às ordens efectivo do Rei D. Manuel II e Comandante do late Real “*Amélia*”; Capitão Francisco de Paula Maria Ana do Loreto Figueira Freire da Câmara (Lisboa, 1868 – 19??), Oficial às ordens efectivo dos Reis D. Luís I e D. Carlos I (e neto de D. José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, 2º Conde de Belmonte); Coronel Guilherme Charters Henriques de Azevedo, Ajudante-de-campo efectivo do Rei D. Manuel II; Coronel António Francisco da Costa, Ajudante-de-campo efectivo do Rei D. Manuel II; Coronel António Vaz Correia Seabra de Lacerda (1850-19??), Oficial às ordens efectivo do Rei D. Manuel II; General Tomás de Sousa Rosa (Sintra, 1844 – Paris, 1918), 1º e único Conde de Sousa Rosa, Governador de Macau e Ajudante-de-campo



honorário do Rei D. Manuel II; Major Timóteo da Silva Neves de Sousa Alvim (1859-19??), Oficial às ordens efectivo do Rei D, Manuel II (e neto materno de Diogo de Sousa Alvim de Costa Mancelos, 5º Senhor do Morgado de Seiça); e D. José Lobo da Silveira Quaresma (Lisboa, 1826 – Lisboa, 1917), 21º Senhor, 16º Barão, 5º Conde e 5º Marquês de Alvito.

Contudo, aqui particularmente, é forçoso destacar a relevância biográfica dos já referidos António Maria Vasco de Melo Silva César de Menezes (Lisboa, 1851 – Lisboa, 1923), 9º Conde de Sabugosa e 11º Conde de São Lourenço, jurista, ensaísta, historiador, poeta, diplomata, erudito, Alcaide-Mor de Elvas e Par do Reino, Veador e Mordomo-Mor da Rainha D. Amélia (desde Abril de 1903); e sua mulher, D. Mariana das Dores de Melo e Abreu Soares de Brito Barbosa Palha de Vasconcelos Guedes (Lisboa, 1856 – Lisboa, 1952), 4ª Condessa de Murça, 9ª Condessa de Sabugosa e 11ª Condessa de São Lourenço, filantropa, Presidente da Associação Protectora das Escolas para Crianças Pobres, dama camarista das Rainhas D. Maria Pia e D. Amélia; bem como de Enrique de Casanova (Saragoça, 1850 – Madrid, 1913), pintor aquarelista espanhol e mestre de pintura da Real Câmara desde 1880.

Adicional e genericamente (ainda quanto à comitiva das Casas Civil e Militar dos Reis D. Carlos I e D. Manuel II), podem ainda ser referenciados: o Dr. D. António de Lencastre (Benfica, 1857 – Lisboa, 1941), Médico da Real Câmara, fundador (com o Dr. Sousa Martins e a Rainha D. Amélia) da Assistência Nacional aos Tuberculosos, membro do Comité Olímpico Internacional (e filho de D. João José de Lencastre Basto Baharem, 4º Conde da Lousã, e cunhado do já referido Coronel João de Benjamim Pinto); Manuel de Saldanha da Gama Ferrão de Castelo Branco (Leiria, 1874 – Lisboa, 1945), 9º Conde da Ponte, Oficial da Marinha; Capitão José de Melo, Oficial do Exército e Ajudante-de-campo efectivo do Infante D. Afonso Henriques, Duque do Porto; Capitão Francisco de Serpa Machado Pimentel, Oficial do Exército (e sobrinho de José Freire de Serpa Pimentel, 2º Visconde de Gouveia, e de Manuel de Serpa Pimentel, 2º Barão de São João de Areias) e Ajudante-de-campo efectivo do Infante D. Afonso Henriques, Duque do Porto; Tenente-Coronel António Luís

Teófilo de Araújo Waddington, Oficial às ordens efectivo do Rei D. Manuel II; Tenente-Coronel José Lobo de Vasconcelos, Oficial às ordens efectivo dos Reis D. Carlos I e D. Manuel II; Capitão-de-fragata João Jorge Moreira de Sá (Lisboa, 1855 – 1943), Oficial às ordens efectivo do Rei D. Manuel II e Imediato do late Real “*Amélia*”; e o Capitão Henrique Mitchell de Paiva Couceiro (Lisboa, 1861 – Lisboa, 1944), Oficial do Exército, antigo Governador de Moçambique e Oficial às ordens do Rei D. Manuel II.

Igualmente, são também mencionáveis – enquanto presenças ocasionais ou pontuais no Palácio Real de Sintra e entre outras personagens e figuras públicas elencáveis: Contra-Almirante Jaime Daniel Leote do Rego (Lagos, 1867 – Lisboa, 1923), Oficial da Marinha de Guerra e Governador de São Tomé e Príncipe; D. Miguel Aleixo do Carmo de Noronha (Lisboa, 1850 – Lisboa, 1932), advogado, político, diplomata, Ministro de Portugal no Império Austro-Húngaro (e sogro do Capitão Henrique Mitchell de Paiva Couceiro; Conselheiro António Augusto Pereira de Miranda (Coimbra, 1838 – Lisboa, 1922), empresário comercial, político e estadista, Deputado da Nação e Par do Reino, Ministro do Reino e da Fazenda, Governador do Banco de Portugal, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Presidente do Conselho de Administração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses; Conselheiro António Eduardo Vilaça (Braga, 1852 – 1914), estadista e político, Ministro e Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, e dos Negócios Estrangeiros; Eduardo José Coelho (1853-1913), político e estadista progressista, Deputado da Nação, Ministro do Reino e das Obras Públicas.

Para uma curiosíssima exemplificação pontual da quase informal e descontraída vida privada doméstica da realeza em Sintra, citemos a propósito uma observação manuscrita marginal de D. Isabel Saldanha da Gama (dama da Rainha D. Amélia) e inscrita num manual culinário anónimo, relatando a umas sobrinhas na Madeira, o almoço de 17 de Julho de 1894 no Paço da Pena: *“Ontem tivemos almoço ao ar livre feito por nós, e óptimo. El-Rei encarregou-se da sopa de peixe, óptima. Marquês de Fronteira fez uns excelentes ovos mexidos e bifos de cebolada; eu fiz um risotto que foi considerada a obra prima do almoço e aproveitei um picado para embrulhar em*

*ovo com feijão carrapato e ficaram umas ótimas frituras. Maria de Meneses fez ovos moles muito bem.”*

#### **4. Beneficência e diplomacia:**

Concomitantemente, a vivência cortesã desta época em Sintra também assumiu um parcial carácter protocolar e beneficente com a participação solícita e frequente da Família Real em diversos eventos sociais, cívico-comemorativos e caritativo-assistenciais.

Aqui particularmente, importa destacar os claros exemplos específicos quer de prestigiante patrocínio protector da Rainha D. Amélia às grandiosas e periódicas festas celebradas em honra de Nossa Senhora do Cabo Espichel na Freguesia de São Martinho em 1902, como respectiva Juíza Honorária (e de que subsistem registos fotográficos do centro histórico da vila engalanado a preceito com arcos efémeros, bem como da chegada da soberana), quer também da sua presença assistencial no Campo de Seteais, sobretudo aquando dos exercícios do concurso realizado no âmbito do Congresso de Bombeiros Voluntários, nos jardins do Palácio de Seteais e em 4 de Setembro de 1905 (então sobretudo acompanhada, por vezes, do seu filho secundogénito, o Infante D. Manuel, Duque de Beja, bem ainda como por D. António de Vasconcelos e Sousa e por sua esposa D. Josefa de Sandoval y Pacheco, 5<sup>os</sup> Conde e Condessa de Figueiró, seus respectivos Veador e dama camarista) – entre múltiplas outras iniciativas de cariz filantrópico-humanista e higiénico-assistencial em prol das classes sociais mais desfavorecidas e fragilizadas da população.

Adicionalmente, a Família Real portuguesa também protagonizara a realização de eventos protocolares mais ou menos oficiais, nesta mesma época, em Sintra. Surge, como exemplo então relevantemente noticiado na imprensa, a realização de um espectáculo equestre infantil à antiga portuguesa (com a designação popular de “tourinhas”), promovido e organizado pelo Rei D. Carlos I e pela Rainha D. Amélia em 6 de Setembro de 1899 no antigo picadeiro do Parque do Palácio Real da Pena, contando com a presença participativa do

Príncipe Real D. Luís Filipe, Duque de Bragança, e do seu irmão, o Infante D. Manuel, Duque de Beja, e vocacionado para recepcionar e divertir os filhos da aristocracia cortesã e dos membros do corpo diplomático acreditado em Portugal.

Sublinhe-se oportunamente que D. Luís Filipe trajava então à moda *jeresana* (típica da região fronteiriça andaluza de Jerez de la Frontera), ao passo que D. Manuel desempenhou a função cerimonial tauromáquica de “Neto” e se distinguiu por trajar um fato completo negro à moda seiscentista (e hoje sito em exposição pública permanente no Museu Nacional dos Coches do Palácio Nacional de Belém, em Lisboa) – tendo sido fotografados em separado e junto ao Palácio Real da Pena, e em grupo na escadaria do respectivo pátio interior de acesso à antiga Capela conventual e palatina, bem como no picadeiro e durante a realização do referido espectáculo equestre.

Contudo, é já no dealbar do séc. XX – com a emergência do último ciclo político-diplomático nacional da Monarquia Portuguesa, expresso na já antes referida intensa sucessão sistemática de visitas oficiais de diversos Chefes de Estado europeus (encetada pela viagem do Rei D. Carlos I e da Rainha D. Amélia a Madrid em 1902) – que a relevante presença da Família Real em Sintra se destacará ainda mais particularmente. Como não poderia deixar de ser, este ocaso conjuntural emerge também assinalado sob o renovador signo ancestral da plurissecular aliança luso-britânica – relacionada com Sintra (qual “Windsor portuguesa”!) pelo protagonismo matrimonial do Rei D. João I (Lisboa, 1357 – Lisboa, 1433) e da Rainha D. Filipa de Lencastre (Leicester, 1359 – Lisboa, 1415) (sobretudo manifestado no adúltero mito denominador da “Sala das Pegas”), particularmente expresso na revolucionária e amplificante campanha de obras tardo-medieval do Palácio Real (que lhe conferiu a génese estruturante da traça arquitectónica actual).

Assim, é em nome desta mais antiga e duradoura aliança diplomática do mundo inteiro que Eduardo VII, Rei do Reino Unido de Inglaterra, Irlanda e Escócia, bem como Imperador da Índia (recém-coroadado em 9 de Agosto de 1902 e sucedendo ao falecimento da sua mãe, a Rainha Vitória – Alexandrina Vitória de Saxónia-Coburgo-Saafeld e Hanôver –, em 22 de Janeiro de 1901),

inicia uma digressão europeia de visitas oficiais, deslocando-se a Portugal e visitando Sintra em 3 de Abril de 1903 – viajando então com o Rei D. Carlos I e o Infante D. Afonso Henriques, Duque do Porto, de comboio desde a estação ferroviária lisboeta do Rossio até à de Sintra e daí em caleche com as respectivas comitivas presumivelmente até ao Parque e Palácio Real da Pena para um almoço oficial.

Nesta deslocação a Sintra, ambos os soberanos estiveram sempre acompanhados das já referidas personalidades do Coronel Fernando Eduardo de Serpa Pimentel, do Vice-Almirante Hermenegildo Carlos de Brito Capelo, do Conde de Tarouca, do Capitão José Vicente da Silva Sena, do Marquês do Alvito, do Marquês de Soveral, do Coronel Duval Teles, do Capitão Francisco de Paula Maria Ana do Loreto Figueira Freire da Câmara, do Conde de Arnoso, bem como de, entre outros: Sir Charles Hardinge (1858 – Penshurst, 1944), 1º Barão de Hardinge de Penshurst, estadista e diplomata; Sir Martin Gosselin, estadista e diplomata, Embaixador do Reino Unido de Inglaterra, Irlanda e Escócia; Sir Francis Henry Laking (Kensington, 1847 – Londres, 1914), 1º Baronete de Laking de Kensington, médico e cirurgião da Casa Real; Contra-Almirante Hedworth Lambton (Londres, 1876 – Stockbridge, 1929), Comandante do late Real “Victoria and Albert” (e filho de George Frederick d’Arcy Lambton, 1º Visconde e 2º Conde de Lambton).

Este relevante acontecimento sintrense de conjuntural projecção internacional portuguesa repercutir-se-á indirectamente com algumas evidentes ocorrências públicas locais, quer nas superestruturas artístico-culturais, quer nas infra-estruturas energético-rodoviárias: é assim que, em Abril de 1903, é publicado (pela Imprensa Nacional e em Lisboa) monografia histórico-arquitectónica *O Paço de Cintra – Apontamentos históricos e archeologicos* do Conde de Sabugosa (aquando da sua nomeação funcional como Mordomo-Mor da Casa Real e da visita oficial do Rei Eduardo VII de Inglaterra a Portugal), com desenhos da Rainha D. Amélia e aquarelas do pintor Enrique Casanova e do arquitecto Raul Lino da Silva (Lisboa, 1879 – Lisboa, 1974); tal como, em subsequência, é inaugurada a circulação rodo-ferroviária pública electrificada entre o centro histórico da vila e a Praia das Maças, em 10 de Julho de 1904 (conquanto encetada desde Agosto de 1886 e complementando a inauguração

ferroviária de 1887); e António Augusto Rodrigues da Cunha, Secretário da Câmara Municipal de Sintra, publica, em 1905, uma segunda edição ilustrada e anotada (pela Empresa da História de Portugal, em Lisboa) da anónima corografia patrimonial *Cintra Pinturesca, ou Memoria Descritiva da Villa de Cintra, Collares, e seus arredores* de João António de Lemos Pereira de Lacerda (Lisboa, 1807 – Lisboa, 1887), 2º Visconde e 2º Alcaide-Mor de Juromenha, e 18º Administrador do Morgado de Valformoso – constituindo assim estes dois ensaios descritivo-contextualizantes duas novas sintéticas edições literárias de grande divulgação informativo-diacrónica do Património sintrense na aurora do novo século.

Posteriormente, além da digressão oficial do Rei D. Afonso XIII de Espanha em Dezembro de 1903 (cuja passagem sintrense não consta ter sido então fotografada, apesar de ter sido recebido pela Rainha D. Maria Pia no Palácio Real de Sintra, e regressando ainda depois em Fevereiro de 1909) e depois das visitas oficiais dos soberanos portugueses a Madrid, Londres e Paris em Dezembro de 1904, a multissecular aliança diplomática luso-britânica voltará a ser reforçada (também em Sintra) em novas visitas reais a Portugal, como oportunas ocasiões retributivas de prévias deslocações complementares dos Reis D. Carlos I e D. Amélia à Grã-Bretanha – sobretudo com as concretas recepções muito noticiadas aos Duques de Connaught and Strathern e à Rainha Alexandra de Inglaterra.

Com efeito, em 10 de Janeiro de 1905, inicia-se um ano dourado para a diplomacia e a política externa portuguesas, e o Príncipe Artur – Artur Guilherme Patrício Alberto de Hanôver e Saxónia-Coburgo-Gotha (Londres, 1850 – Surrey, 1942) – (irmão do Rei Eduardo VII) e a Princesa Luísa Margarida da Prússia e de Inglaterra – Luísa Margarida Alexandra Vitória Inês de Anhalt-Dessau e Hohenzollern-Sigmaringen (Potsdam, 1860 – Londres, 1917), 1ºs Duques de Connaught and Strathern e Condes de Sussex, acompanhados das suas duas filhas, as Princesas Margarida – Margarida Vitória Carlota Augusta Nora de Hohenzollern-Sigmaringen e Hanôver (Surrey, 1882 – Estocolmo, 1920) – e Patrícia – Vitória Patrícia Helena Isabel de Hohenzollern-Sigmaringen e Hanôver (Londres, 1886 – Surrey, 1974) – de Connaught and Strathern, visitaram oficialmente Portugal, em representação do

soberano inglês (e iniciando assim um périplo europeu de demanda matrimonial com monarcas ou príncipes herdeiros para ambas as jovens – iniciando pela aliada nação portuguesa), tendo-se também deslocado a Sintra.

Como é sabido, esta iniciativa não resultou em qualquer concretização, considerando a relativa diferença etária entre as princesas inglesas e os príncipes portugueses (e logo consorciando-se a primogénita Princesa Margarida de Connaught and Strathern em 15 de Junho desse mesmo ano com o Príncipe Herdeiro do Reino da Suécia e Duque de Skåne), tal como a régia família principesca britânica fora acompanhada, neste périplo sintrense, entre outras já referidas personalidades: do Coronel Fernando Eduardo de Serpa Pimentel e do Duque de Loulé; como também do já mencionado estadista e diplomata Sir Martin Gosselin, Embaixador do Reino Unido de Inglaterra, Irlanda e Escócia, e sua esposa; Sir Arthur Robert Peel, 1º Secretário da Embaixada britânica em Lisboa; William E. O'Reilly, 2º Secretário da Embaixada britânica em Lisboa, e esposa; Capitão-de-mar-e-guerra Farguhar; Tenente Stoker; Capitão-de-fragata Sullivan; Tenente Phillips.

Com efeito, deslocando-se então os Príncipes britânicos a Portugal e visitando Sintra nessa data – viajando com o Rei D. Carlos I e a Rainha D. Amélia de Portugal, o Príncipe D. Luís Filipe, Duque de Bragança, e os Infantes D. Afonsos Henriques, Duque do Porto, e D. Manuel, Duque de Beja, de comboio desde a estação ferroviária lisboeta do Rossio até à de Sintra e daí em caleche com as respectivas comitivas até ao Palácio Real da Vila para um almoço oficial oferecido pela Rainha D. Maria Pia na sua residência oficial de férias, e depois subseqüentemente até ao Parque e ao Palácio Real da Pena, regressando mais tarde à gare terminal e daí até à cidade capital também por comboio.

Seguidamente, verifica-se a visita oficial da Rainha Alexandra do Reino Unido de Inglaterra, Irlanda e Escócia, bem como Imperatriz da Índia, a Sintra em 24 de Março de 1905 (visitando Eduardo VII Lisboa sem ela, em Abril de 1903, encontrando-se a soberana portuguesa e os seus filhos ausentes então num cruzeiro pedagógico-cultural no Mar Mediterrâneo, e em retribuição da deslocação do Rei D. Carlos I e da Rainha D. Amélia de Portugal a Inglaterra,

em 1904), acompanhada de duas filhas suas (permanecendo em Lisboa, por problemas de saúde), as Princesas britânicas Vitória de Inglaterra – Vitória Alexandra Olga Maria de Schleswig-Holstein-Sonderburg-Glücksburg e de Saxónia-Coburgo-Gotha – (Londres, 1868 – Londres, 1935) e Maud de Inglaterra, da Dinamarca, da Noruega e da Islândia (futura Rainha Maud da Noruega) – Maud Carlota Maria Vitória de Schleswig-Holstein-Sonderburg-Glücksburg e de Saxónia-Coburgo-Gotha – (Londres, 1869 – Londres, 1938), e do seu genro e marido desta última, o Príncipe Carlos da Dinamarca, da Noruega e da Islândia (futuro Rei Haakon VII da Noruega – eleito em 18 de Novembro) – Cristiano Frederico Carlos Jorge Valdemar Axel de Bernadotte e Schleswig-Holstein-Sonderburg-Glücksburg – (Copenhaga, 1872 – Oslo, 1957).

Assim sendo, deslocara-se então a soberana inglesa e o seu principesco genro dinamarquês a Portugal e visitando Sintra nessa data – na companhia da Família Real Portuguesa conforme já anteriormente descrito, quanto à viagem ferroviária do Rossio à Vila, de caleche até ao Paço para almoço e depois até ao Parque e ao Palácio Real da Pena para passeio (e contando sobretudo com as presenças da Condessa de Autrim, do Coronel Fernando Eduardo de Serpa Pimentel, do Coronel João de Benjamim Pinto, do Marquês de Soveral, dos Condes de Figueiró e de Sabugosa, do Duque de Loulé e de D. Isabel Saldanha da Gama), regressando mais tarde à gare terminal e daqui a Lisboa ainda no mesmo dia para a despedida rumo a Inglaterra – num feliz dia sintrense de rara reunião de três Rainhas consortes (Alexandra, D. Amélia e D. Maria Pia)!

Ainda neste mesmo ano, em 29 de Março, Sintra recebe a prestigante visita oficial (e invulgarmente descontraída e bem humorada) do Imperador Guilherme II da Alemanha e Rei da Prússia – Frederico Guilherme Victor Alberto de Saxónia-Coburgo-Gotha e de Hohenzollern-Sigmaringen – (Potsdam, 1859 – Utreque, 1941), cumprindo o mesmo itinerário sócio-protocolar programado entre Lisboa, a Vila, o Paço Real e o Parque da Pena com todos os membros da Família Real Portuguesa – bem como acompanhado das presenças da Condessa de Seisal, de D. Ana de Sousa Coutinho de Mendoça, de D. Isabel Saldanha da Gama, da Marquesa de Unhão, dos Condes de Figueiró, do Conde de Sabugosa e do Duque de Loulé.



Finalmente, o ano político-diplomático português de 1905 encerra-se para Sintra com a marcante visita oficial de Émile François Loubet (Marsanne, 1838 – Montélimar, 1929), Presidente da República Francesa – o polémico encontro pioneiro de um estadista eleito estrangeiro com a soberana portuguesa, sua dinástica compatriota e exilada política – em 28 de Outubro, realizando o habitual percurso geográfico programado de Lisboa à Vila e à Pena, também sempre acompanhado de toda a Família Real Portuguesa (excepto do Infante D. Manuel, Duque de Beja) – e, entre outros, dos Condes de Figueiró, de D. Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, da Condessa de Seisal, de D. Maria Francisca de Menezes, de D. Isabel Saldanha da Gama, da Marquesa de Unhão, do Coronel Fernando Eduardo de Serpa Pimentel, do Conde de Sabugosa e do Marquês de Soveral, bem como: de Charles Rouvier, Embaixador de França em Portugal; de Cernay e esposa; Jean Clément, comandante do navio presidencial *Léon Gambetta*; Tenente-Coronel Émile Reibell (Estrasburgo, 1866 – Périgueux 1950); Visconde de Lucinière; General Pierre Joseph Louis Alfred Dubois; Comandante Henri Bouillane de Lacoste (1867-1937); Paul Loubet (1874-1948), advogado e estadista, filho e secretário presidencial; Jules Combarieu (Cahors, 1859 – Paris, 1915), historiador musical.

Já no ano seguinte, regressa a Sintra a Rainha Alexandra do Reino Unido de Inglaterra, Irlanda e Escócia (com a sua filha, a Princesa Vitória Alexandra), numa segunda e última visita (com carácter privado), em 18 de Maio de 1906, realizando-se – além de um almoço e de um proverbial passeio pelo Parque e Palácio Real da Pena (principalmente na companhia do Rei D. Carlos I e da Rainha D. Amélia de Portugal, do Príncipe Real D. Luís Filipe, Duque de Bragança, do Marquês de Soveral e de Sir Martin Gosselin, entre outros convivas) – também, noutra data, um intimista piquenique informal na Praia da Adraga, pelo menos com a presença da soberana portuguesa.

Posteriormente, o intercâmbio diplomático luso-germânico intensifica-se também com a habitual participação sintrense, bem como com uma acrescida e particular conotação dinástico-familiar: é assim que, em Março de 1907, são recebidas as visitas do Príncipe Guilherme de Hohenzollern-Sigmaringen (Düsseldorf, 1864 – Sigmaringen, 1927) e do Rei Frederico Augusto III da

Saxónia – Frederico Augusto João Gustavo Gregório Filipe de Bragança e Wettin – (Dresden, 1865 – Sibyllenort, 1932).

Efectivamente, sublinhe-se e identifique-se que ambos os soberanos eram primos entre si e aparentados com a nossa Casa Real, enquanto filhos respectivos dos casamentos celebrados de duas filhas da Rainha D. Maria II e do Rei D. Fernando II de Portugal: a Infanta D. Antónia de Bragança – D. Antónia Maria Fernanda Micaela Gabriela Rafaela Francisca de Assis Ana Gonzaga Silvéria Júlia Augusta de Bragança e Saxónia-Coburgo-Gotha – (Lisboa, 1845 – Sigmaringen, 1913) com o Príncipe Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen – Leopoldo Estêvão Carlos António Gustavo Eduardo Tassilo de Baden e Hohenzollern-Sigmaringen – (Sigmaringen, 1835 – Berlim, 1905) em 1861; e a Infanta D. Maria Ana de Bragança – D. Maria Ana de Bragança e Saxónia-Coburgo-Gotha – (Lisboa, 1843 – Dresden, 1884) com o então futuro Rei Jorge I da Saxónia – Frederico Augusto Jorge Luís Guilherme Maximiliano Carlos Maria Nepomuceno Baptista Xavier Ciríaco Romano de Wittelsbach e Wettin – (Dresden, 1834 – Plinitz, 1904) em 1859.

Com efeito, o Príncipe Guilherme de Hohenzollern-Sigmaringen deslocara-se também a Portugal com o propósito consorciante de discutir com os Reis D. Carlos I e D. Amélia de Portugal sobre uma eventual negociação matrimonial entre o Príncipe Real D. Luís Filipe, Duque de Bragança, e sua filha, a Princesa Augusta Vitória de Hohenzollern-Sigmaringen – Augusta Vitória Guilhermina Antónia Matilde Luísa Josefina Maria Isabel de Bourbon-Duas Sicílias e Hohenzollern-Sigmaringen – (Potsdam, 1890 – Eigeltingen, 1966) – que, entretanto e curiosamente, se casaria com o irmão mais jovem daquele (já enquanto monarca português exilado, em 4 de Setembro de 1913, na Capela do Castelo de Sigmaringen) –, ao passo que o Rei Frederico Augusto III da Saxónia se deslocara a Portugal acompanhado da sua irmã primogénita e celibatária, a Princesa Matilde da Saxónia – Matilde Maria Augusta Vitória Leopoldina Carolina Luísa Francisca Josefa de Bragança e Wettin – (Dresden, 1863 – Dresden, 1933).

Como tal, o costumeiro programa social de recepção e entretenimento cortezes das visitas oficiais a Sintra repetira-se aqui também (com as deslocações

ferroviárias de e para Lisboa, e os passeios de caleche até aos Paços Reais da Vila e da Pena, com as inerentes refeições) – contudo sublinhando-se as ausências da Rainha D. Maria Pia de Portugal, do Príncipe Real D. Luís Filipe, Duque de Bragança, e dos Infantes D. Afonso Henriques, Duque do Porto, e D. Manuel, Duque de Beja, rareando ainda as respectivas notícias e informações de imprensa alusivas, e centrando-se estas duas presenças familiares régias no intimista cenário cortesão do Parque.

Na sequência da agudizante situação política nacional (com a célebre questão dos adiantamentos financeiros à Lista Civil da Casa Real, o combate republicano à ditadura franquista e o crescente clima revolucionário e criminal) que conduziu ao regicídio do Rei D. Carlos I de Portugal e do Príncipe Real D. Luís Filipe, Duque de Bragança, em Lisboa, em 1908, e da consequente aclamação sucessória do Rei D. Manuel II, o incipiente período governativo de Acalmação e a sucessiva instabilidade política e conspirativa deste derradeiro reinado não se compadecia com a imediata recepção contínua de visitas oficiais de soberanos estrangeiros ao nosso país – em que a diplomacia e a política externa divergiram das novas prioridades internas.

Neste contexto, apesar da nova viagem oficial do Rei D. Afonso XIII de Espanha a Portugal, em Fevereiro de 1909, não se verificou qualquer respectivo regresso a Sintra, deixando ainda de se realizar quaisquer recepções solenes no Palácio Real e devendo também destacar-se, pelo menos, a visita noticiada do Rei D. Manuel II ao Quartel de Caçadores nº 5 e às Baterias de Artilharia de Queluz, em 9 de Junho do mesmo ano.

Assim, o novo soberano e a sua mãe mantiveram o habitual veraneio periódico – entre outras épocas anuais e circunstâncias festivas de comemorações pontuais e cíclicas – de residência sintrense no Palácio Real da Pena (de onde é expedida alguma correspondência política importante, conforme já antes citado), deslocando-se sempre ou quase por via ferroviária desde a gare lisboeta do Rossio e, desde meados de Setembro, continuando menos frequentemente a deslocarem-se para a Cidadela de Cascais (mais ocupada pelo seu tio) – ao passo que o Paço Real da Vila prosseguia também como a principal moradia estival da sua avó.

Finalmente e enquanto efectivo corolário político-diplomático sintrense do regime monárquico-constitucional, o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Presidente eleito da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil (em 1 de Março de 1910), deslocou-se a Portugal em trânsito inaugural pela Europa e visitou Sintra em 2 de Outubro de 1910, almoçando no Palácio Real da Pena a convite do Rei D. Manuel II, tendo antes apresentado cumprimentos à Rainha D. Amélia e depois à Rainha D. Maria Pia e ao Infante D. Afonso Henriques, Duque do Porto, no Paço Real.

Logo depois, aquando da eclosão subversivo-militar do movimento revolucionário lisboeta republicano na noite de 3 de Outubro de 1910, a Rainha D. Amélia encontrava-se no Palácio Real da Pena e a Rainha D. Maria Pia no Paço Real de Sintra, forçando-se então o Rei D. Manuel II (sob constante insistência pressionante do Presidente do Conselho de Ministros, António Teixeira de Sousa, e após preventiva comunicação telefónica com a mãe) a abandonar estrategicamente o bombardeado Palácio Real das Necessidades na cidade capital e a deslocar-se escoltado e incógnito em curto e discreto cortejo automóvel para Mafra via Sintra (chegando à tarde acompanhado dos Condes de Sabugosa e de São Lourenço, bem como pelo Marquês do Faial).

Consequentemente, as suas mãe e avó reúnem-se-lhe em separado na manhã do dia 5 (com as respectivas comitivas, por um lado, dos Condes de Figueiró, de D. Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara e de D. Maria Francisca de Menezes e, por outro, da Marquesa de Unhão e do Conde de Mesquitela), após um contacto telefónico desta àquela para se encontrarem e decidirem com serenidade (após alguns frustrados telefonemas tentados de esclarecimento noticioso para o Paço Real das Necessidades em Lisboa), na madrugada do dia 4 e no Palácio Real da Pena (acompanhada então a Rainha D. Maria Pia por aqueles mesmos referidos camaristas, e tendo antes a Rainha D. Amélia ido ao Paço Real de Mafra e regressado de noite só com D. Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara e D. Maria Francisca de Menezes para ainda submeter em vão um decreto à imediata assinatura régia – cruzando-se então esta em trânsito, na actual Praça D. Afonso V de Sintra, com o grupo revolucionário liderado pelo comerciante Tomé José de Barros Queirós e que aguardava a chegada dos jornalistas João Pinheiro Chagas e José Barbosa e

do médico António Maria Malva do Vale, delegados do Directório do Partido Republicano Português, para efectuarem a respectiva solene proclamação triunfante municipal).

Como é sabido, com a confirmação telegráfica em Maфра da implantação republicana em Lisboa e a notícia imediata da presença do late Real “*Amélia*” ao largo da Ericeira (transportando a bordo o agora Príncipe Real D. Afonso Henriques, Duque do Porto, – vindo da Cidadela de Cascais, onde pernoitara desde o dia 3 – e os Capitães-de-fragata João Agnelo Velez Caldeira Castelo Branco e João Jorge Moreira de Sá), o Rei D. Manuel II e as Rainhas D. Amélia e D. Maria Pia saiem definitivamente do barroco Palácio Real joanino em cortejo automóvel rumo à Praia dos Pescadores, onde se despedem pesarosos dos cortesãos e dos habitantes locais e embarcam sobriamente sob a intensa comoção generalizada da silenciosa multidão observante – escapando assim ilesos e por breves instantes à súbita chegada informada de um automóvel preparado proveniente de Sintra, transportando revolucionários civis republicanos armados com carabinas e engenhos explosivos e visando perpetrar sem sucesso um novo e imediato regicídio dinástico quase completo e preventivo de um exílio evasivo e defensivo da recém-deposta Casa de Bragança.

## **Conclusão**

Com a conseqüente implantação proclamante da República Portuguesa em 5 de Outubro de 1910 e a inerente e imediata evasão exilante da Família Real, encerra-se um evidente período estrutural e conjuntural histórico-cultural de Sintra como Vila cortesã – sobretudo desde o período dionisino (pela potencial edificação da capela palatina) e mais ainda com o reinado de D. Maria I (pelo preenchimento dos arcos ogivais da fachada do corpo principal do Paço Real).

Por outro lado, o encerramento conturbado desta áulica etapa sintrense pauta-se por três expressivos aspectos incontornáveis: a defesa militar quase exclusiva do regime monárquico-constitucional pelo Grupo de Baterias de Artilharia a Cavalos de Queluz na Rotunda de Lisboa e contra as hostes

republicanas aquando da eclosão do movimento revolucionário, sob o comando (desde 28 de Julho de 1909) do Capitão Henrique Mitchell de Paiva Couceiro; a demolição dos edifícios anexos funcionais de alojamento serviçal de eventual génese quatrocentista e fronteiros ao Paço Real e delimitantes do seu régio Terreiro palatino (extinguindo-se assim a sua utilização residencial rumo à respectiva e progressiva musealização patrimonial de acesso público) em Junho de 1912; a noticiada detenção prisional de alguns supostos conspiradores monárquicos (entre os quais D. Vasco Maria Figueiredo Cabral da Câmara) no Casal de Santa Cruz (sito na Quinta do Marquês de Borba, na Serra da Carregueira, e entretanto demolido para edificação do actual espaço pertencente à instituição desportiva Belas Lisboa Golfe Clube), pela mesma referida unidade militar sediada em Queluz e conduzidos ao respectivo Quartel, em 13 de Julho de 1912.

Sinteticamente, podemos verificar que, constituindo a evolução do cenário cultural de Sintra o óbvio resultado consequente da sua inerente centralidade régia periférica face à protagonizante nacional lisboeta, assistimos assim à evidente e posterior descontinuidade revolucionária cíclica do seu próprio carácter sócio-funcional de subsidiarismo geográfico alternativo, marcado por um relativo paralelismo substitutivo de soberania político-administrativa – não apenas como mera e ancestral vila áulica, mas sobretudo (segundo a sábia e oportuna expressão titular da obra literária do jurista e novelista Francisco Rodrigues Lobo, de 1619) enquanto efectiva e assumida “*Corte na Aldeia*”, em que o Paço urbano ressurgue sempre, em plena itinerância sazonal regional, entre a ruralidade campestre e perenial (assim afinal identificada na britânica epopeia *byroniana* de 1809) do primordial paraíso deste “*Glorioso Éden*”.

## BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA CONSULTADA

### 1. Fontes:

ANÓNIMO, *Documentos políticos encontrados nos palácios reais depois da revolução republicana de 1910*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1915.

[João António de Lemos Pereira de Lacerda, 2º Visconde de JUROMENHA], *Cintra Pinturesca ou Memoria descriptiva das villas de Cintra, Collares, e seus arredores*, Typographia da Sociedade dos Conhecimentos Uteis, Lisboa, 1838 [Colecção “Sintra – Biblioteca Histórico-Literária”, Série A – Monografias historiográficas nº 1, Gabinete de Estudos Histórico-Documentais – Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1989-1990].

[António Maria Vasco de Melo Silva César de Menezes] Conde de SABUGOSA, *O Paço de Sintra – Apontamentos historicos e archeologicos*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1903 [Colecção “Sintra – Biblioteca Histórico-Literária”, Série A – Monografias historiográficas nº 2, Gabinete de Estudos Histórico-Documentais – Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1989-1990].

A.[ntónio] D.[âmaso] de Castro e SOUSA, *Descripção do Palacio Real na Villa de Cintra, que ali teem os S.[enhor].es Reis de Portugal*, Typographia de A. S. Coelho, Lisboa, 1838 [Colecção “Sintra – Biblioteca Histórico-Literária”, Série A – Monografias historiográficas nº 1, Gabinete de Estudos Histórico-Documentais – Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 2005].

A.[ntónio] D.[âmaso] de Castro e SOUSA, *Investigação ao Castello, situado na Serra de Cintra*, Typographia de A. J. C. da Cruz, Lisboa, 1843 [Colecção “Sintra – Biblioteca Histórico-Literária”, Série A – Monografias historiográficas nº 1, Gabinete de Estudos Histórico-Documentais – Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 2005].

A.[ntónio] D.[âmaso] de Castro e SOUSA, *Memoria historica sobre a origem da fundação do Real Mosteiro de N.[ossa] S.[enhora] da Pena, que pertenceu aos*

*monges da Ordem de S.[ão] Jerónimo; actualmente Palácio acastellado, Situado na Serra de Cintra*, Typographia de A. J. C. da Cruz, Lisboa, 1841 [Colecção “Sintra – Biblioteca Histórico-Literária”, Série A – Monografias historiográficas nº 1, Gabinete de Estudos Histórico-Documentais – Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 2005].

## **2. Monografias:**

Júlio CARDOSO, Valdemar ALVES, *Eléctricos de Sintra – um percurso centenário*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 2004.

ANÓNIMO, *Os Fotógrafos da Casa Real*, Arquivo Nacional de Fotografia / Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, 1984.

ANÓNIMO, *Visitas reais entre as Cortes Portuguesa e Britânica*, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, 1985.

Stéphane BERN, *Moi, Amélie, Dernière Reine de Portugal*, Éditions Denoël, Paris, 1997.

Silvana BESSONE (Coordenação), *D.[ona] Amélia: uma Rainha, um Museu*, Museu Nacional dos Coches – Instituto Português de Museus – Ministério da Cultura, Lisboa, 2006.

Silvana BESSONE (Coordenação), *D.[om] Carlos: um homem do seu tempo*, Museu Nacional dos Coches – Instituto Português de Museus – Ministério da Cultura, Lisboa, 2008.

José Manuel Martins CARNEIRO, *O Imaginário Romântico da Pena*, Chaves Ferreira Editores, Lisboa, 2009.

Paulo PEREIRA, José [Manuel] Martins CARNEIRO, *O Palácio da Pena*, Scala Publishers / Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico, Londres / Lisboa, 1999.



Sérgio Luís de CARVALHO, *História de Sintra – as eras da vila no contexto do seu tempo*, Colecção “Oh! Sintra” nº 1, Sintra Editora / Veredas – Cooperativa Cultural de Sintra, Sintra, 1992.

Laurence CATINOT-CROST, *Amélie de Portugal, Princesse de France*, Atlântica, Biarritz, 2000.

Marina Tavares DIAS, *D.[om] Carlos – Lisboa, 1908*, Quimera Editores, Lisboa, 2007.

Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa FRANCO, *O Brasil e Sintra – Algumas Notas*, Ministério da Educação e Cultura – Secretaria de Estado da Cultura – Instituto Português do Património Cultural – Palácio Nacional de Sintra, Sintra, 1986.

Luís Filipe Marques da GAMA, *El-Rei D.[om] Carlos: memória viva*, Edições Inapa, Lisboa, 1991.

Marques GASTÃO, *Os últimos dias da Rainha D.[ona] Amélia*, Companhia Nacional Editora, 1951.

Isabel Silveira GODINHO (Direcção), *A educação dos Príncipes no Paço da Ajuda*, Instituto Português do Património Arquitectónico / Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, 2004.

Francisco LOURO, *Um testamento inédito do Rei D. Luís*, Braga, Livraria Cruz, 1976.

Maria Filomena MÓNICA, *A queda da monarquia em Portugal: Portugal na viragem do século*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1987.

Eduardo NOBRE, *Amélia, Rainha de Portugal*, Quimera Editores, Lisboa, 2007.

Eduardo NOBRE, *Família Real – Álbum de Fotografias*, Quimera Editores, Lisboa, 2002.

Eduardo NOBRE, *Casa Real – Fotografias, Documentos, Manuscritos, Memorabilia*, Quimera Editores, Lisboa, 2003.

Jean PALLIER, *D.[om] Carlos I – Rei de Portugal*, Bertrand Editora, Lisboa, 2002.

José M. de Castro PINTO, *D.[om] Carlos (1863-1908)*, Plátano Editora, Lisboa, 2007.

Margarida Magalhães RAMALHO, *Fotobiografias do Séc. XX – Rei D.[om] Carlos*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001.

Rui RAMOS, *D.[om] Carlos*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2007.

José Cardim RIBEIRO (coordenação), *Sintra – Património da Humanidade*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998.

Ayres de SÁ, *Rainha D.[ona] Amélia*, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1928.

Inês Morais VIEGAS, Luís PAVÃO, Luísa Costa DIAS, Maria do Rosário SANTOS (Coordenação), *António Novaes (1903-1911)*, Colecção Livros de Fotografia nº 9, Arquivo Fotográfico Municipal (Divisão de Arquivos – Câmara Municipal de Lisboa) / Assírio & Alvim, Lisboa, 1996.

Isabel Corrêa da SILVA, Miguel Metêlo de SEIXAS, *D.[om] Carlos – de corpo inteiro*, Editora Objectiva, Lisboa, 2010.

António SENA, *Uma História de Fotografia – Portugal (1839 a 1891)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1991.

Joaquim Veríssimo SERRÃO, *D.[om] Manuel II (1889-1932): o Rei e o Homem à luz da História*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1990.

Victor SERRÃO, *Sintra*, Colecção Cidades e Vilas de Portugal nº 6, Editorial Presença, Lisboa, Lisboa, 1989.

José Custódio Vieira da SILVA, *Palácio Nacional de Sintra*, Scala Publishers / Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico, Londres / Lisboa, 2002.

Tude Martins de SOUSA, *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*, Sintra Gráfica de António Medina Júnior, Sintra, s. d. [1950].

Joaquim VIEIRA, *Portugal, Século XX – Crónica em imagens (1900-1910)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1999.

Joaquim VIEIRA, *Rei D.[om] Carlos*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001.

Joaquim VIEIRA, Reto MONICO, *Mataram o Rei – O regicídio na imprensa internacional*, Pedra da Lua, Lisboa, 2007.

### 3. Artigos:

ANÓNIMO, “A República”, in Inês Morais VIEGAS, Luís PAVÃO, Luísa Costa DIAS, Maria do Rosário SANTOS (Coordenação), *António Novaes (1903-1911)*, Colecção Livros de Fotografia nº 9, Arquivo Fotográfico Municipal (Divisão de Arquivos – Câmara Municipal de Lisboa) / Assírio & Alvim, Lisboa, 1996, pp. 110-111.

ANÓNIMO, “Funerais de D.[om] Carlos e D.[om] Luís Filipe”, in Inês Morais VIEGAS, Luís PAVÃO, Luísa Costa DIAS, Maria do Rosário SANTOS (Coordenação), *António Novaes (1903-1911)*, Colecção Livros de Fotografia nº 9, Arquivo Fotográfico Municipal (Divisão de Arquivos – Câmara Municipal de Lisboa) / Assírio & Alvim, Lisboa, 1996, pp. 72-73.

ANÓNIMO, “Introdução – A Colecção António Novaes”, in Inês Morais VIEGAS, Luís PAVÃO, Luísa Costa DIAS, Maria do Rosário SANTOS (Coordenação), *António Novaes (1903-1911)*, Colecção Livros de Fotografia nº 9, Arquivo Fotográfico Municipal (Divisão de Arquivos – Câmara Municipal de Lisboa) / Assírio & Alvim, Lisboa, 1996, pp. 11-13.

ANÓNIMO, “O reinado de D. Manuel II”, in Inês Morais VIEGAS, Luís PAVÃO, Luísa Costa DIAS, Maria do Rosário SANTOS (Coordenação), *António Novaes (1903-1911)*, Colecção Livros de Fotografia nº 9, Arquivo Fotográfico Municipal

(Divisão de Arquivos – Câmara Municipal de Lisboa) / Assírio & Alvim, Lisboa, 1996, pp. 83-85.

ANÓNIMO, “Vida social e desportos”, in Inês Morais VIEGAS, Luís PAVÃO, Luísa Costa DIAS, Maria do Rosário SANTOS (Coordenação), *António Novaes (1903-1911)*, Coleção Livros de Fotografia nº 9, Arquivo Fotográfico Municipal (Divisão de Arquivos – Câmara Municipal de Lisboa) / Assírio & Alvim, Lisboa, 1996, pp. 44-45.

ANÓNIMO, “Visitas oficiais no reinado de D. Carlos”, in Inês Morais VIEGAS, Luís PAVÃO, Luísa Costa DIAS, Maria do Rosário SANTOS (Coordenação), *António Novaes (1903-1911)*, Coleção Livros de Fotografia nº 9, Arquivo Fotográfico Municipal (Divisão de Arquivos – Câmara Municipal de Lisboa) / Assírio & Alvim, Lisboa, 1996, pp. 21-23.

António BARRETO, “Família Real”, in *Grande Reportagem*, Lisboa, nº 61, 1996, pp.80-91.

Silvana BESSONE, “Apresentação”, in Silvana BESSONE (Coordenação), *D.[om] Carlos: um homem do seu tempo*, Museu Nacional dos Coches – Instituto Português de Museus – Ministério da Cultura, Lisboa, 2008, pp. 6-7.

José Manuel CARNEIRO, “O Palácio Nacional da Pena e os valores que o tornaram único no Romantismo do Sul da Europa”, in José Cardim RIBEIRO (coordenação), *Sintra – Património da Humanidade*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, pp. 61-62.

Ana Arez de Brito CORREIA, “O Palácio Nacional de Sintra”, in José Cardim RIBEIRO (coordenação), *Sintra – Património da Humanidade*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, pp. 51-52.

Luís Filipe Marques da GAMA, “El-Rei D.[om] Carlos: um homem da terra”, in Silvana BESSONE (Coordenação), *D.[om] Carlos: um homem do seu tempo*, Museu Nacional dos Coches – Instituto Português de Museus – Ministério da Cultura, Lisboa, 2008, pp. 50-58.

Paula Ferreira LOPES, “Cronologia”, in Silvana BESSONE (Coordenação), *D.[om] Carlos: um homem do seu tempo*, Museu Nacional dos Coches – Instituto Português de Museus – Ministério da Cultura, Lisboa, 2008, pp. 80-96.

Paula Ferreira LOPES, “A Rainha, Senhora D.[ona] Amélia”, in Silvana BESSONE (Coordenação), *D.[ona] Amélia: uma Rainha, um Museu*, Museu Nacional dos Coches – Instituto Português de Museus – Ministério da Cultura, Lisboa, 2006, pp. 9-11.

Maria Filomena MÓNICA, “II – O Sistema Político: A Agonia de um Regime – O Ultimátum e a Crise”, in Maria Filomena MÓNICA, *A queda da monarquia em Portugal: Portugal na viragem do século*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1987, pp. 15-28.

Maria Filomena MÓNICA, “I – Portugal na Segunda Metade do Século XIX: Economia e Sociedade”, in Maria Filomena MÓNICA, *A queda da monarquia em Portugal: Portugal na viragem do século*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1987, pp. 9-13.

Eduardo NOBRE, “D.[om] Carlos, Príncipe Real e Duque de Bragança”, in Silvana BESSONE (Coordenação), *D.[om] Carlos: um homem do seu tempo*, Museu Nacional dos Coches – Instituto Português de Museus – Ministério da Cultura, Lisboa, 2008, pp. 10-19.

Rui RAMOS, “D.[om] Carlos como político”, in Silvana BESSONE (Coordenação), *D.[om] Carlos: um homem do seu tempo*, Museu Nacional dos Coches – Instituto Português de Museus – Ministério da Cultura, Lisboa, 2008, pp. 28-38.

Rui RAMOS, “Os caminhos da perdição”, in *Jornal de Letras*, Lisboa, nº 974, 30 de Janeiro – 12 de Fevereiro de 2008, pp. 10-12.

José Custódio Vieira da SILVA, “Palácio Nacional de Sintra”, in José Cardim RIBEIRO (Coordenação), *Sintra – Património da Humanidade*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, pp. 45-49.

António Pedro VICENTE, “A Fotografia em Portugal na transição do século (1900)”, in Maria Rosa FIGUEIREDO, João Carvalho DIAS, Rita Sousa MACEDO (Coordenação), *Portugal 1900*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000, pp. 129-146.

António Pedro VICENTE, “Los albores del Arte Fotográfico en Portugal”, in *Summa Artis*, Espasa-Calpe, Madrid, 1986, vol. XXX (Arte Portugués), pp. 631-644.

Joaquim VIEIRA, “Cinco minutos que mudaram Portugal”, in Silvana BESSONE (Coordenação), *D.[om] Carlos: um homem do seu tempo*, Museu Nacional dos Coches – Instituto Português de Museus – Ministério da Cultura, Lisboa, 2008, pp. 66-73.